



um guia para o
mainstreaming
de género

RAPARIGAS E RAPAZES NAS ASSOCIAÇÕES JUVENIS

Publicação co-financiada por:



ISBN

972 - 95403 - 3 - 0

TITULO

Raparigas e rapazes nas associações juvenis: um guia para o *mainstreaming* de género.

AUTOR

REDE PORTUGUESA DE JOVENS PARA A IGUALDADE DE OPORTUNIDADES ENTRE MULHERES E HOMENS

DATA

Setembro 2006

EDITOR

Rede Portuguesa de Jovens para a Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens

MORADA

<http://www.redejovensigualdade.org.pt>

LOCALIDADE

Lisboa



Desde há muito que o associativismo juvenil tem sido um dos eixos estratégicos das políticas de juventude, tendo nestes últimos tempos assumido um papel fundamental e preponderante aquando da definição das suas linhas estratégicas e orientadoras. Reflexo desta aposta tem sido o crescente número de associações juvenis que têm vindo a ser criadas e, conseqüentemente, o número de jovens envolvidos na participação associativa.

Tem sido entendimento que o movimento associativo se constitui como factor primordial no desenvolvimento pessoal, assumindo um papel fundamental como escola de cidadania e participação democrática.

Neste contexto, tem sido uma preocupação do Instituto Português da Juventude, organismo que tem por missão a implementação das políticas de juventude, dotar as associações de meios para que consigam de uma forma eficaz desenvolver as suas actividades e alargar o seu âmbito de acção a diferentes áreas, construindo-se assim uma rede alargada de participação cívica, que em muito contribui para o desenvolvimento sustentado da nossa sociedade.

É, pois, com algum regozijo que, neste momento, podemos anunciar que mais um grande passo foi dado de forma a contribuir e responder aos anseios deste movimento, com a publicação da Lei do Associativismo Jovem. Sobre este diploma, e atendendo ao âmbito deste Guia, permitam-me agora destacar que pela primeira vez está consagrado na Lei que um dos critérios de apreciação das candidaturas aos programas de apoio é o: *“Equilíbrio entre jovens de ambos os sexos e promoção de finalidades convergentes com a valorização da igualdade do género”*. Entenda-se, no entanto, que não se pretende assim condicionar a actuação das associações mas sim procurar o seu enriquecimento participativo.

Resta-me pois, não apelar à vossa participação, pois essa já é certa, mas antes colocar o Instituto Português da Juventude ao vosso dispor.

Maria Galdes

Presidente da Comissão Executiva do Instituto Português da Juventude



A Recomendação do Comité de Ministros do Conselho da Europa sobre a participação das e dos jovens e o futuro da sociedade civil, Rec(97)3, lembra que a Europa atravessa hoje em dia uma verdadeira crise de participação na vida institucional e associativa, nomeadamente nas estruturas tradicionais, e sublinha “o papel capital da participação das e dos jovens na construção da sociedade civil (...) enquanto recurso para a permanente renovação da sociedade democrática”.

Uma sondagem encomendada em Janeiro de 2005 pelo Instituto Português da Juventude junto de jovens dos 15 aos 30 anos revela que 86,4% das e dos jovens não tem qualquer participação em grupos cívicos, sociais ou políticos.

A fraca participação das e dos jovens ameaça o pleno exercício dos seus direitos de cidadania e conduz a decisões políticas que tendem a ignorar os seus problemas específicos e os seus pontos de vista. Esta é, simultaneamente, uma questão de justiça, de igualdade de direitos e de democracia.

A democracia não é exclusivamente um sistema político. Constitui antes do mais uma aprendizagem da vida com os outros. Por isso, o movimento associativo é crucial na educação para a cidadania democrática.

As associações proporcionam actualmente um meio onde a democracia é uma aprendizagem em acção. Aprender a expor as suas ideias em público e a fazer-se ouvir, saber escutar os outros e aprender com eles, aprender a dar as suas opiniões, a exercer os seus direitos e a assumir as suas responsabilidades, aprender a obter informação e a partilhá-la, aprender a tomar decisões, a debater, a comunicar, a gerir conflitos, são algumas das competências que podem ser adquiridas através da vida associativa.

Todavia, a participação no movimento associativo é uma questão que não pode ser abordada sem o recurso a uma perspectiva de género.

Muito embora presentes nos movimentos associativos, as jovens encontram-se sub representadas nas suas instâncias de decisão e, assim sendo, os seus pontos de vista e necessidades arriscam-se a não ser tidos em conta. Este facto afasta-as também da prática do exercício do poder de decisão, pelo que as organizações de juventude e as estruturas de jovens deveriam ser encorajadas a desenvolver um funcionamento atento à igualdade de género e a assegurar uma representação equilibrada dos dois sexos nos seus órgãos dirigentes.

Este manual “Raparigas e rapazes nas associações juvenis: um guia para o *mainstreaming* de género” constitui um valioso contributo para o desenvolvimento de um olhar sobre a participação nas associações juvenis atento à dimensão de género e, assim sendo, para criar as condições necessárias a uma maior e mais igualitária participação de raparigas e rapazes nessas associações, em prol de uma sociedade mais justa, igualitária e democrática.

Elza M. Deus Pais
Presidente da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres





ÍNDICE

1.		
INTRODUÇÃO	09
2.		
BREVES NOTAS SOBRE O ASSOCIATIVISMO JUVENIL E SOBRE A IGUALDADE DE GÉNERO	11
3.		
TRABALHO NA ÁREA DA JUVENTUDE COM RAPARIGAS E RAPAZES	13
4.		
COMO IMPLEMENTAR O <i>MAINSTREAMING</i> DE GÉNERO NO ASSOCIATIVISMO JUVENIL	17
4.1. COMPROMISSO DAS ESTRUTURAS DE PODER COM A IGUALDADE DE GÉNERO	18
4.2. PROJECTOS PEDAGÓGICOS, PROGRAMAS DE ACTIVIDADES E MATERIAIS QUE INCLUEM A VERTENTE DE GÉNERO	33
5.		
CONCLUSÃO	66
6.		
ANEXOS	68
6.1. ANEXO 1 - <i>CHECK-LIST</i> PARA O <i>MAINSTREAMING</i> DE GÉNERO NAS ASSOCIAÇÕES JUVENIS	68
6.2. ANEXO 2 - <i>CHECK-LIST</i> PARA A ELABORAÇÃO DE PROJECTOS NA ÁREA DA JUVENTUDE NUMA PERSPECTIVA DE GÉNERO	69
6.3. ANEXO 3 - A REDE PORTUGUESA DE JOVENS PARA A IGUALDADE DE OPORTUNIDADES ENTRE MULHERES E HOMENS	71





1. INTRODUÇÃO

“Toda a ignorância é ignorante de um certo saber e todo o saber é a superação de uma ignorância particular.”

Boaventura de Sousa Santos

Por toda a Europa se vive no limiar de uma crise de representação política e cívica, que se reflecte, entre outras, numa elevada abstenção nos processos eleitorais e numa reduzida participação de raparigas e rapazes, de mulheres e homens, nos partidos políticos, bem como noutras formas de participação cívica, como as associações juvenis.

As associações juvenis são, por assim dizer, um dos primeiros laboratórios de aprendizagem democrática e de cidadania activa. No entanto, verifica-se, também aqui, um défice de participação das raparigas nas posições e postos de tomada de decisão.

O trabalho que tem vindo a ser feito no âmbito das questões da igualdade entre raparigas e rapazes, mulheres e homens, no movimento associativo juvenil - ainda que, de certa forma, pouco evidente em Portugal – pode, e, no nosso entender, deve ser partilhado e disseminado.

Para que se modifiquem os hábitos, novos comportamentos terão de emergir e os valores alterar-se-ão, ensaiando-se estratégias e transformando-se a cultura. O caminho a percorrer é, pois, ainda longo; não obstante, estamos a começar a retirar lições através da acumulação de experiências. Este Guia procura isso mesmo – dar a conhecer um conjunto de experiências, de práticas implementadas por um conjunto de jovens voluntárias que, inseri-

das ou não em associações juvenis, quiseram desenvolver projectos no âmbito da igualdade entre mulheres e homens.

A Rede Portuguesa de Jovens para a Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens (REDE) enquanto organização que congrega duas áreas de intervenção - a igualdade de género e a juventude - pretendeu contribuir para o *mainstreaming* de género na área da juventude lançando o projecto “de Mulher para Mulher”, no contexto da medida 3.1.6 do Plano Nacional para a Igualdade 2003-2006: Promoção e apoio à participação das jovens mulheres no movimento associativo, bem como a representação equilibrada dos dois sexos nos seus órgãos de decisão.

O projecto “de Mulher para Mulher”

(<http://www.demulherparamulher.redejovensigualdade.org.pt/>) decorreu em Portugal entre Maio de 2005 e Setembro de 2006 e visou incentivar a participação cívica e política das jovens mulheres, fomentar o seu envolvimento na vida pública, apoiar as jovens que desejam aceder a postos de responsabilidade e contribuir para o aumento da proporção de mulheres activas na política, nas associações juvenis e nas organizações não governamentais.

O projecto teve várias componentes, nomeadamente: o Programa de Mentoria; o Programa de Desenvolvimento de Competências para a Intervenção; a Participação em seminários e encontros com o intuito de promover a sensibilização acerca da igualdade entre Mulheres e Homens; a Participação em Fóruns de discussão online; a Participação em actividades paralelas - visitas a órgãos de poder político e instituições da sociedade civil organizada; e a experiência da intervenção para a mudança através do desenvolvimento e implementação de projectos na área da juventude e da igualdade entre mulheres e homens.

Este guia constitui um dos produtos do projecto e visa encorajar as associações juvenis a integrar a perspectiva de género no seu trabalho e contribuir para o *mainstreaming* de género na juventude, integrando esta dimensão no associativismo juvenil, na cultura organizacional e nas actividades das associações através de exemplos dos projectos desenvolvidos pelas jovens participantes no “de Mulher para Mulher”.

Começar-se-á por analisar de forma rápida a evolução histórica, a nível internacional, do trabalho com jovens na área da igualdade de género. Em seguida, far-se-á uma reflexão acerca dos pressupostos e desafios do trabalho nesta área. Finalmente, proceder-se-á à exemplificação de como se pode fazer *mainstreaming* de género na área da juventude, partindo dos trabalhos de projecto das Mentoradas do “de Mulher para Mulher”. Para tal, são fornecidas pistas práticas para a intervenção, incluindo relatos das jovens Mentoradas de forma a tornar mais visível não só o processo de trabalho mas também os desafios, conquistas e aprendizagens que tal intervenção implica.

A REDE acredita que este guia pode ser fonte inspiradora para a acção em prol da igualdade de género e deseja a todas as pessoas que queiram intervir um bom trabalho!



2. BREVES NOTAS SOBRE O ASSOCIATIVISMO JUVENIL E SOBRE A IGUALDADE DE GÉNERO

As associações juvenis são espaços privilegiados de participação e representação da juventude. Norteiam-se pela participação voluntária de jovens num ambiente de educação não formal, com intervenções variadas, ao nível social, ambiental, cultural, etc., que permitem à juventude desenvolver competências transversais com base numa aprendizagem democrática e de cidadania activa através do empoderamento.

O empoderamento traduz-se na capacitação da juventude por forma a esta se tornar numa voz legítima na sociedade, com uma participação significativa, isto é, capaz de influenciar a política local, nacional e internacional a partir das suas necessidades efectivas e não das concepções que os/as adultos/as têm das mesmas.

O objectivo do empoderamento deve ser, assim, inspirar a juventude a acreditar na sua própria capacidade para influenciar a mudança social e motivá-la a alcançar o seu máximo potencial enquanto cidadãs e cidadãos activas/os de uma sociedade.

Enquanto tal, as associações juvenis devem reflectir toda a diversidade da sua composição, nomeadamente na sua vertente mais óbvia, a do género.

No entanto, os grupos formais de jovens tendem a reproduzir a situação de sub-representação das raparigas e a negligenciar a dimensão de género nos projectos e nas actividades que desenvolvem. A introdução da dimensão e da perspectiva da igualdade entre raparigas e rapazes é, assim, uma tarefa importante num contexto de educação não formal e de aprendizagem cívica.

Mas como fazê-lo?

Através do *mainstreaming* de género.

Considera-se que o *mainstreaming* de género consiste na internalização das necessidades e dos interesses de raparigas e rapazes nas estruturas organizacionais, programas e actividades das associações juvenis, com o objectivo de promover a igualdade entre umas e outros nas fases de planeamento, implementação, monitorização e avaliação dos projectos e actividades que desenvolvem. Isto não é fácil e implica colocar os “óculos do género”, isto é, ultrapassar a noção de sexo e integrar verdadeiramente a variável de género na estrutura de raciocínio, promovendo uma revolução na forma de perceber o mundo, deixando-nos espantar pela descoberta da diferença e pela riqueza que a mesma proporciona para umas e para outros.

Considera-se que o conceito de “género” se refere às características sociais que distinguem as raparigas e rapazes – atributos sociais, papéis, tarefas, funções, deveres, responsabilidades, poderes, interesses, expectativas e necessidades que socialmente se relacionam com o facto de se ser rapariga/mulher ou de se ser rapaz/homem numa determinada sociedade e época - que resultam, pois, da construção social. O conceito de género distingue-se do conceito de “sexo”, que se refere apenas às características biológicas que distinguem mulheres e homens. A distinção entre sexo e género é importante porque permite enquadrar a mudança.

“As pessoas não nascem mulheres ou homens mas aprendem a ser raparigas e rapazes, que crescem até serem mulheres e homens. O processo de socialização ensina-nos as atitudes e comportamentos, papéis sociais e actividades e a forma de nos relacionarmos com outras pessoas. O comportamento aprendido é aquilo que constitui a identidade de género.”

Veronika Neruda, 25.05.2005

Pode afirmar-se que:

→ O género é uma construção social com base nas diferenças sexuais. As identidades sexuais de homens e de mulheres são afectadas pela História, pela pertença a uma sociedade e pelos processos culturais.

→ O género é um conceito dinâmico. A cultura e as condições sócio-económicas mudam ao longo do tempo e os padrões de género acompanham-nos.

→ O género é uma relação entre várias categorias de homens e mulheres, diferenciada pela nacionalidade, geração, classe social, etnia, religião, etc.. O género é uma dimensão afecta aos processos sociais. Os papéis sociais de homens e mulheres não são os mesmos dentro da mesma sociedade uma vez que mulheres e homens se diferenciam pela geração, etnia, religião ...

→ O género é um conceito que ajuda a compreender as outras diferenças. Papéis e características são atribuídos às pessoas com base no género mas também na classe social, etnia, religião, idade, etc. A análise desses papéis e características torna-se mais pormenorizada e as intervenções sociais mais sintonizadas quando se está consciente que as mulheres e os homens não constituem grupos homogéneos dentro de cada sociedade.

→ A construção social de papéis de género diferenciados tem implicações nos homens e nas mulheres. As necessidades das mulheres são frequentemente invisíveis devido à construção androcêntrica do conhecimento e da sociedade.

→ A consciência de género é uma forma de analisar e compreender as pessoas e a sociedade.

Integrando o trabalho na área do género e da juventude tentar-se-à a partir de exemplos concretos e, no capítulo 3, dar pistas acerca de como implementar o **mainstreaming de género** no associativismo juvenil.



3. TRABALHO NA ÁREA DO GÉNERO E JUVENTUDE COM RAPARIGAS E RAPAZES

→ BREVE HISTÓRIA DO TRABALHO NA ÁREA DO GÉNERO E JUVENTUDE

Em Portugal o trabalho na área do género e juventude está a dar os primeiros passos. No entanto, a nível europeu existe já um vasto caminho percorrido. Conhecer as principais tendências no trabalho com jovens potencia a reflexão e previne a repetição de práticas que não funcionam. Partiremos do trabalho de Lotte Rose¹ para efectuar esta reflexão.

No início do trabalho com jovens: separação entre sexos

No início do séc. XX, a ideia de uma sociedade bipolarizada em função do sexo dominou o trabalho com jovens. Isto significava que a cada sexo estavam atribuídas tarefas e formas de estar específicas, diferenciadas e estereotipadas. Consequentemente, as actividades com jovens eram separadas em função do sexo.

Anos 60: a coeducação como consequência do conceito de igualdade de oportunidades

Nos anos 60, o conceito de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres implantou-se. Baseava-se na esperança de uma relação igualitária entre os sexos. A consequência lógica para o trabalho na área da juventude foi a coeducação, ou seja, o fomento da igualdade, do respeito e da cooperação entre raparigas e rapazes através de estruturas físicas, organizacionais e culturais que permitem que umas e outros desenvolvam competências, persigam interesses e adoptem comportamentos não estereotipados em função do género.

Anos 70: Trabalho com jovens é o trabalho com rapazes

Concepções erróneas acerca do que é a coeducação tornaram os interesses e necessidades dos rapazes no normativo universal. Os interesses e necessidades particulares das raparigas foram ignorados e fenómenos como a violência contra as raparigas, o fomento do papel de observadoras e sua consequente passividade tornaram-se fenómenos comuns.

Também nos Anos 70: Trabalho com jovens inclui a perspectiva das raparigas

Fruto das críticas efectuadas à postura androcêntrica do trabalho com jovens pelo movimento feminista surgiram acções positivas dirigidas a raparigas. Foram criados clubes dirigidos apenas ao sexo feminino com o intuito de oferecer espaços de liberdade e protecção às raparigas.

1 Lotte Rose Eine Geschichte der Paradigmenwechsel: "Zur Bedeutung der Kategorie Geschlecht "in der Jugendarbeit. in: Gender Mainstreaming, Standortbestimmung und Chancen, Arbeitsgemeinschaft der Evangelischen Jugend in der Bundesrepublik Deutschland, Hannover 2002.

Anos 80 e 90: E os rapazes?

A necessidade de trabalhar com os rapazes as questões da igualdade surgiu como uma medida importante para apoiar o trabalho com as raparigas.

No entanto, apesar de existir uma maior comunicação e interacção entre o trabalho com raparigas e rapazes, o trabalho exclusivo com rapazes não tem a mesma relevância do que o trabalho exclusivo com raparigas.

Desafios actuais do trabalho na área do género e juventude

Apesar das questões da igualdade de género estarem na ordem do dia não é frequente que as associações juvenis considerem o género como uma prioridade. E isto acontece devido a vários factores, nomeadamente:

→ Para a juventude, as questões da desigualdade são frequentemente menosprezadas, pois há tendência para acreditar que as raparigas têm as mesmas oportunidades que os rapazes. Como o trabalho com jovens se baseia na auto-determinação e livre arbítrio, depende ainda mais da correspondência entre os valores da juventude e os conceitos aplicados por técnicos/as e voluntários/as. Consequentemente, estes/as encontram dificuldades em equilibrar os valores da juventude e integrar a dimensão de género em grupos onde tal preocupação não existe.

→ A falta de qualificações específicas de técnicos/as e voluntários/as acerca das questões de género e o seu desconhecimento quanto a estratégias e dinâmicas atractivas para abordar este tema com a juventude.

→ A oposição ou resistência activa das pessoas que trabalham com a juventude em relação ao trabalho que integra a componente de género.

→ A consideração de que as questões de género são “assuntos de rapariga” e a falta de ênfase nas questões de género do ponto de vista dos rapazes.

→ A concepção de que o mundo dos rapazes e o mundo das raparigas é uma realidade uniforme. Frequentemente, as actividades, projectos e dinâmicas reflectem essa generalização abusiva, não integrando verdadeiramente os interesses e necessidades múltiplos e diferenciados de ambos os sexos.

→ A crença de que o trabalho com rapazes e raparigas é sinónimo de espaços separados, limitados no tempo e caracterizados pela separação em termos de sexo, conteúdos e responsabilidades de técnicos e técnicas.

→ Tendência para criar espaços, actividades e programas em função do conhecimento existente acerca da juventude que costuma participar. Pouco se sabe acerca da juventude que não participa, da juventude que se envolve mas desiste, da juventude para quem estes programas não são apelativos.

A consciência de género no trabalho com a juventude implica compreender as realidades específicas das raparigas e rapazes e reagir a essa diversidade e às suas contradições da forma mais flexível possível!

→ PRESSUPOSTOS E DESAFIOS PARA O TRABALHO NA ÁREA DO GÉNERO E JUVENTUDE

Apesar das dificuldades acima descritas existem vários projectos, actividades e espaços para o trabalho na área do género e juventude. **Este trabalho deve ter em atenção os seguintes aspectos:**

→ Discriminação das raparigas

Na sociedade portuguesa, as raparigas continuam a ser discriminadas. Assim sendo, é necessário que o trabalho na área da juventude seja parcialmente dirigido às raparigas por forma a tornar possível a participação pública igualitária.

→ Inclusão da variável género

O trabalho com a juventude, que conceptualmente não integra as questões de género no seu grupo-alvo, perpetua a desigualdade de género. É, por isso, imperativo que as pessoas que trabalham com jovens tenham em consideração a variável género no seu trabalho diário assim como a sua influência na própria personalidade e identidade, comportamento e papéis sociais. Só a capacidade de reflexão crítica permite a introdução de mudanças.

→ Diferenciação em função do género

Numa sociedade onde ainda existe uma hierarquia que se baseia nas diferenças em função do sexo, estas são conceptualizadas como unidades separadas, claramente distintas uma da outra (mesmo quando se aceita que rapazes e raparigas não possuem realidades homogéneas, assumem-se perspectivas diferenciadas apenas com base no sexo).

→ Alargamento dos papéis e identidade de género

É comum pressupor-se que raparigas e rapazes não consideram problemática a pressão social para se conformarem com os comportamentos e papéis que a sociedade tende a atribuir ao seu sexo; no entanto, esta pressão não permite que rapazes e raparigas adquiram competências vitais para o seu desenvolvimento e para a sua saúde, tornando-os/as mais predispostos/as a conflitos. O objectivo do trabalho com jovens sensíveis à variável género é alargar as possibilidades para além das pressões normativas.

→ Desenvolvimento da capacidade crítica

Para libertar rapazes e raparigas da pressão normalizadora, abordagens que encorajam formas de auto-análise e crítica pessoal e social são fundamentais. Só assim é possível tornar visíveis situações de discriminação e tentar alterá-las. Estas abordagens devem ser utilizadas em conjunto com métodos atractivos, frequentemente baseados em metodologias de educação não formal.



→ Empoderamento

Centra-se nas competências e necessidades das raparigas assim como nas práticas de ambos os sexos, valorizando-os e demonstrando que as raparigas não precisam de “ajuda especial” para dominar as competências tradicionalmente atribuídas ao outro sexo. Precisam sim de oportunidades para serem autónomas e responsáveis pelas suas acções e decisões, terem oportunidades para resolverem os seus próprios problemas e participar activamente na resolução dos problemas dos grupos em que se integram.

→ Trabalho homogéneo com grupos em função do sexo

As habituais situações de trabalho com grupos aumentam a presença dos estereótipos em rapazes e raparigas. De forma a libertar a juventude das percepções e expectativas, discutir tabus e permitir uma distância crítica para prescrições de género, grupos de trabalho constituídos apenas por rapazes e grupos constituídos apenas por raparigas são necessários.

→ Homogeneidade quanto ao género de pessoas peritas

Rapazes e raparigas conseguem trabalhar de forma mais eficaz com pessoas do mesmo sexo. Só técnicos/as e voluntários/as do mesmo sexo conseguem ser modelos de comportamento eficazes e compreender os conflitos específicos de rapazes e raparigas de forma a promover espaços de apoio e de discussão.

→ Condições estruturais

Muitas organizações incluem a dimensão de género através, por exemplo, da criação de oportunidades de emprego para ambos os sexos, através da criação de orçamentos para as actividades só de rapazes e só de raparigas.





4. COMO IMPLEMENTAR O MAINSTREAMING DE GÉNERO NO ASSOCIATIVISMO JUVENIL?

A União Europeia fundou-se no respeito e na defesa dos Direitos Humanos e em novas formas de participação democrática. A integração de Portugal teve repercussões políticas, económicas e sociais. Também ao nível do trabalho na área da juventude foram sentidas essas mudanças. Novas oportunidades de financiamento emergiram (Programa Juventude, por exemplo), fomentando a mobilidade, as trocas multiculturais, oportunidades de formação acrescidas, o trabalho com base em parcerias transnacionais... No entanto, a pertença à União Europeia trouxe também responsabilidades acrescidas, nomeadamente a necessidade de integrar variáveis adicionais ao trabalho com jovens de forma a garantir a inclusão e a participação de todas as pessoas.

Neste contexto, a questão da igualdade entre rapazes e raparigas, homens e mulheres, assume uma relevância particular uma vez que constitui uma das prioridades da União Europeia e uma variável que permite uma participação mais alargada e enriquecedora. É fundamental que rapazes e raparigas se possam envolver de forma activa, dando o seu contributo, uma vez que esse é um dos seus direitos básicos, mas também porque cada uma das perspectivas é única!

O *mainstreaming* de género surge, assim, como resposta para fomentar a participação equilibrada de rapazes e raparigas. Dirige-se a associações juvenis de âmbito cultural, recreativo, desportivo, político, estudantil, etc., independentemente da sua missão e objectivo.

A questão óbvia é **“mas como é que se implementa o *mainstreaming* de género nas associações juvenis?”**

Implementar o *mainstreaming* de género no associativismo juvenil implica integrar as questões de género, as expectativas e as necessidades de raparigas e rapazes em todas as fases das actividades, projectos, programas, estruturas, etc. das associações juvenis.

Não implica apenas analisar os problemas das raparigas ou abranger de forma numericamente igualitária rapazes e raparigas mas sim desenvolver actividades que são planeadas e organizadas para ir ao encontro das prioridades e necessidades de umas e de outros. Implica analisar os direitos, os recursos, as diferenças quotidianas quanto à representação/participação de mulheres e homens.

De uma maneira geral, podemos considerar que para introduzir o *mainstreaming* de género em associações juvenis há que envolver um número significativo de pessoas de ambos os sexos, criando possibilidades acrescidas de sensibilização e formação. Por outro lado, têm que estar reunidos dois **pré-requisitos essenciais para se implementar o *mainstreaming* de género no associativismo juvenil:**

- A existência de um compromisso, por parte das estruturas de poder, com a igualdade de género;
- A criação de projectos pedagógicos e programas de actividades que incluam a vertente de género.

4.1. COMPROMISSO DAS ESTRUTURAS DE PODER COM A IGUALDADE DE GÉNERO

Introduzir o *mainstreaming* de género nas associações juvenis implica a manifestação de uma verdadeira vontade em incluir a perspectiva da igualdade entre raparigas e rapazes no conjunto das práticas, programas e actividades e assumir um compromisso com a igualdade de género. O *mainstreaming* de género, para ser eficaz, deve tornar-se num procedimento habitual, tal como a criação de planos de actividades ou a realização de reuniões. Isto constitui um desafio – implica, pois, o seu planeamento e a sua inclusão num plano de actividades coerente.

Para que o ***mainstreaming* de género** nas associações seja eficaz há que, antes de mais, tornar visível o compromisso assumido, dentro e fora das associações.

EXEMPLOS DE MAINSTREAMING DE GÉNERO NO ASSOCIATIVISMO JUVENIL

- **Género em Agenda - Boas práticas de trabalho com jovens**
(pág 20)
- **Conferência act 4 europe**
(pág 21)
- **Encontros para a Cidadania - Igualdade entre homens e mulheres nas comunidades europeias**
(pág 22)
- **Almada e CAA - No caminho da igualdade de género**
(pág 24)
- **A Igualdade de Género no séc. XXI - o papel da Europa**
(pág 25)
- **Igualdade na participação académica**
(pág 29)
- **Igualdade na Praxe Académica**
(pág 31)
- **Por uma JS igual**
(pág 34)
- **HAMUC, o empoderamento das mulheres ciganas**
(pág 36)
- **Cooperação entre Jovens Mulheres na Política e no Associativismo**
(pág 38)
- **Revitalizar a participação das mulheres na Juventude e Partido Socialista em Ermesinde**
(pág 39 . 40)
- **Desigualdade de Género: Facto, não lenda!**
(pág 41)
- **A Mulher no contexto universitário**
(pág 43)
- **Interrupção Voluntária da Gravidez - Que opções?**
(pág 44)
- **O Projecto perseguia-me**
(pág 45)
- **Mulher na poesia**
(pág 46)
- **Igualdade + e linguagem inclusiva na Barafunda**
(pág 47)
- **Igualdade de género via outdoor**
(pág 49)
- **Mulheres nas sociedades europeias**
(pág 50)
- **A Zé e o Maria: Tudo às avessas?!**
(pág 53)
- **Mural da Juventude para a Igualdade**
(pág 55)
- **Adaptação da metodologia EPTO ao género**
(pág 57)
- **A Igualdade de género na Catequese**
(pág 58)
- **Promoção da participação desportiva das raparigas**
(pág 59)
- **Estereótipos de género nos materiais de divulgação**
(pág 62)
- **Criação de campanha publicitária na área do género**
(pág 63)
- **Criação de plano de divulgação da campanha publicitária na área do género no meio associativo juvenil**
(pág 64)



→ GÉNERO EM AGENDA - BOAS PRÁTICAS DE TRABALHO COM JOVENS



Catarina Costa, 26 anos
Licenciada em História
Pombal

Mentora
Carla Mouro
Presidente do CNJ

“A minha actividade teve como pano de fundo a comemoração do Dia Internacional da Mulher. Aproveitando esta data simbólica da luta pelos direitos das mulheres, a Rede Portuguesa de Jovens para a Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens (REDE) e Conselho Nacional de Juventude (CNJ) uniram esforços com o objectivo de a comemorar devidamente. Longe de um mero registar de data foi, desde logo, intenção das partes envolvidas que o evento tivesse também um carácter pedagógico, formal e não formal, que envolvesse não só as/os participantes, como as/os convidasse a prosseguirem posteriormente o trabalho iniciado no evento, no âmbito das suas associações de origem.

Os preparativos tiveram início numa reunião no CNJ, tendo eu sido convidada a participar, a fim de me integrar na organização deste evento que viria a ser o meu projecto no âmbito do programa “de Mulher para Mulher”. Esta colaboração ocorre também porque Carla Mouro, presidente do CNJ, é a minha Mentora.

Nas semanas seguintes vi-me a organizar detalhadamente – em frutuosa parceria com as/os colaboradoras/os do CNJ, e sempre com o enorme apoio da Rede – o que viria a ser um evento de sucesso, destinado a sensibilizar as associações pertencentes ao CNJ para as questões de género.

Após a criação e envio da primeira versão do convite para o Seminário “Género em Agenda: boas práticas de trabalho com jovens”, passámos de imediato para o envio dos ofícios destinados às instituições estatais parceiras do CNJ. Aqui, devo confessar alguma dificuldade, dado que nunca tinha sentido necessidade de trabalhar com este tipo de documentos; acontecendo o mesmo ao nível dos vários comunicados à imprensa, e das fichas de avaliação de actividade entregues às pessoas participantes. Os contactos humanos que tive oportunidade de estabelecer, dentro do CNJ, da Rede, e com algumas e alguns das/os oradoras/es convidadas/os no decorrer da iniciativa, foram preciosos, na verdade, sem a sua ajuda nada teria sido possível.

Senti sempre que estava a correr contra o tempo, esta foi, realmente, a minha maior dificuldade, já o “nervoso miudinho” que este tipo de situação acarreta (o carácter institucional do evento pode ser extremamente intimidante) só se foi apoderando de mim, de forma progressiva, à medida que o dia 8 de Março se ia aproximando.

A actividade não podia ter correspondido melhor às expectativas. Numa sala com capacidade para sessenta pessoas, conseguimos, num dia de semana e em horário pós-laboral, uma plateia com cerca de cinquenta participantes – infelizmente, e como habitualmente nestas ocasiões, maioritariamente constituída por mulheres.

Porém, nos antípodas dos arquétipos deste tipo de comemoração, a iniciativa foi marcada por uma



dinâmica extremamente participativa entre todos os elementos. As/os participantes foram convidadas/os a interagirem com as/os oradoras/os e restante organização por meio de jogos para a igualdade de género, de debate, e troca de experiências de vida.

O saldo foi amplamente positivo e os resultados da sensibilização começam agora a dar os seus frutos: - a linguagem de género, começa, ainda que de uma forma incipiente, a ser utilizada em algumas das instituições presentes, e já foram efectuados pedidos de kits de jogos para a igualdade, por parte de participantes no evento.

Pessoalmente, desta actividade, retiro: a mais valia de todas as pessoas que comigo colaboram para o desempenho do projecto, a aprendizagem das ferramentas necessárias à sua execução e, sem dúvida alguma, o meu maior empoderamento no que à vida pública diz respeito.”

→ CONFERÊNCIA ACT4 EUROPE

“No âmbito do trabalho de projecto do “de Mulher para Mulher” estou a colaborar na organização de uma Conferência internacional promovida pela Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres sobre o artigo I-47 – Princípio da Democracia Participativa – do Tratado que estabelece uma Constituição para a Europa, a realizar em Novembro deste ano. Esta iniciativa surge no âmbito da campanha act4europe, promovida pelo Grupo de Contacto da Sociedade Civil Europeia (GCSCÉ). O GCSCÉ foi criado em 2002 com o objectivo de maximizar a participação da sociedade civil nas questões relativas ao futuro da Europa e constituir uma base de trabalho comum para as ONG’s de diferentes sectores. O GCSCÉ integra plataformas europeias de ONG’s dos sectores Social, Ambiental, Direitos Humanos, Saúde Pública, Direitos das Mulheres, Cooperação para o Desenvolvimento e Cultura. A Rede Portuguesa de Jovens para a Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens (REDE), organização membro da Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres, representada no Lobby Europeu de Mulheres, é focal point da campanha act4europe em Portugal.

A campanha act4europe tem como finalidade envolver as coordenações nacionais do Grupo de Contacto da Sociedade Civil e encorajar uma participação mais activa das ONGs e daqueles/as que estas representam no debate sobre o Futuro da Europa, no projecto de Tratado Constitucional Europeu e no desenvolvimento e concretização do conceito da cidadania participativa.

Assim, a Conferência que se vai realizar pretende ilustrar que não existe democracia participativa sem democracia paritária; debater estratégias de centralização do movimento cívico Português; explorar a possibilidade de lançar um Grupo de Contacto da Sociedade Civil Português de modo a promover o diálogo estruturado entre as ONG’s nacionais e desta forma melhor articular e representar os



Raquel Ribeiro 27 anos
Licenciada em Psicologia
Rio Tinto

Mentora
Teresa Caeiro
Deputada



interesses nacionais junto dos organismos internacionais; e, ajudar a garantir que, qualquer que seja a versão do Tratado Constitucional que entrar em vigor, não haverá um recuo no que refere ao artigo sobre o princípio da democracia participativa.

No âmbito da organização desta conferência já tive a oportunidade de desenvolver diversas actividades, nomeadamente, colaborar na tradução para o português do Boletim Informativo da campanha act4europe n.º41, de participar numa reunião de trabalho com a directora do Centro de Informação Europeia Jacques Delors, Margarida Cardoso, Ana Coucello da Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres e Ana Sofia Fernandes da REDE, na qual foi discutido o apoio do CIJD à realização desta conferência. Com o objectivo de divulgar esta iniciativa e assegurar uma representação do Grupo de Contacto da Sociedade Civil da União Europeia e do Lobby Europeu de Mulheres nesta mesma conferência, tive ainda a oportunidade de representar a Plataforma na conferência “NGO’s and the EU: Making civil dialogue work better” realizada em Bruxelas em Julho deste ano.

Estas experiências, em conjunto com as actividades desenvolvidas com a minha Mentora, a Deputada Teresa Caeiro, deram-me uma nova perspectiva sobre a importância da participação civil, do papel desempenhado pelas ONGs, das dificuldades com que se deparam na sua acção e do quanto ainda há por fazer! Possibilitaram-me ainda ter contacto com novas e diferentes realidades e desenvolver competências que duvidava possuir. Até agora os resultados foram todos positivos. E novos desafios se seguem.”

→ ENCONTROS PARA A CIDADANIA - A IGUALDADE ENTRE HOMENS E MULHERES NAS COMUNIDADES EUROPEIAS



Ana Sofia Oliveira 26 anos
Licenciada em Línguas Estrangeiras
- variante Inglês-Alemão
Lisboa

“Dentro do trabalho de projecto do “de Mulher para Mulher” tive a oportunidade de participar no “Encontros para a cidadania – A igualdade de homens e mulheres nas comunidades portuguesas”, que se realizou em Estocolmo a 3 e 4 de Março de 2006.

Como o título o exprime, esses encontros têm lugar em vários países onde residem e trabalham nacionais e luso-descendentes, apresentando às comunidades portuguesas o trabalho que em Portugal se desenvolve no domínio da igualdade de género e encorajando a participação e a troca de conhecimentos e experiências neste âmbito entre portuguesas/as e imigrantes, jovens e luso-descendentes qualquer que seja o país onde vivem.

Sendo luso-descendente, devo dizer que houve logo uma aproximação e fácil comunicação entre os/as participantes locais, oriundos/as dos mais variados países da Europa (França, Suíça, Alemanha, Suécia, Noruega, etcE) e eu.

O local do II encontro já tinha sido decidido quando entrei no projecto, bem como grande parte do programa. As reuniões de preparação que tive com a minha Mentora, Maria do Céu Cunha e Rêgo,

**Mentora**

Maria do Céu Cunha e Rêgo
Ex-Secretária de Estado para a
Igualdade

(ex-Secretária de Estado para a Igualdade) foram essenciais para eu perceber exactamente qual era o objectivo da minha participação. Essa tinha duas vertentes: a vertente “jovem”, fui em representação da Rede Portuguesa de Jovens para a Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens, e a vertente “luso-descendente” intrínseca à minha pessoa.

A preparação da minha apresentação (15mn) não foi fácil já que tive de fazer “colidir” os dois eixos. A verdade é que me obrigou a pensar na Igualdade de Género nas comunidades Portuguesas e na minha própria experiência profissional na comunidade Portuguesa em França. Na elaboração do texto tive o apoio essencial da REDE já que tive de apresentar a Associação, os seus objectivos e as suas principais actividades ou projectos.”



No entanto, este compromisso não pode ser somente retórico. O primeiro passo para implementar o **mainstreaming de género** é o estudo e o reequacionamento das relações entre raparigas e rapazes dentro das associações assim como das estruturas e processos que reproduzem e perpetuam a desigualdade.

Para o fazer as associações podem seguir vários passos:

→ Fazer revisões de documentos legais, estatutos, regras internas, instruções, de forma a garantir que não existem incongruências entre as práticas que se pretendem implementar e as existentes.

Para o fazer deve-se:

- Designar rapazes e raparigas para efectuar a revisão das regras e regulamentos;
- Consultar rapazes e raparigas acerca dos diferentes efeitos que as regras e regulamentos têm para uns e outras;
- Avaliar como é que os Direitos Humanos de rapazes e raparigas são afectados pelas regras e regulamentos;
- Avaliar como as sugestões em relação a novas regras e regulamentos promovem a igualdade de género;
- Posterior alteração da documentação para incluir linguagem inclusiva em termos de género e não sexista.



→ ALMADA E CAA - NO CAMINHO DA IGUALDADE DE GÉNERO



Sónia Tchissole 28 anos

Lic. em Antropologia e estudante de Gestão do Património e Gestão Cultural Lisboa

Mentora

Isabel Romão

Chefe de divisão de Estudos e Formação da CIDM e Presidente do Comité Director para a Igualdade do Conselho da Europa

“Relembro muito frequentemente esta passagem [proferida aquando do Seminário de Abertura do projecto dMpM, realizado no Porto em Outubro passado]: « (...) em Portugal, como em grande parte da Europa, as mulheres estão sub-representadas na tomada de decisão em geral e ainda mais na tomada de decisão política. As recentes eleições autárquicas vêm confirmá-lo com a eleição de apenas 19 mulheres presidentes de Câmara em 308 autarquias.» A oradora era a minha Mentora, Isabel Romão, Chefe da Divisão de Estudos e Formação da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres [CIDM] e Presidente do Comité Director para a Igualdade do Conselho da Europa.

Na minha Associação de origem, o Centro de Arqueologia de Almada, a juventude e o associativismo são os corolários orientadores desde o início, até ao passado recente e chegando ao presente, com o olhar no futuro. As histórias e actividades do CAA têm tido, ao longo dos seus 33 (trinta e três) anos, vida e valor associativos próprios e particularmente únicos, ao nível dos contextos social, político e histórico em que se criaram e implementaram até aos nossos tempos.

Sabendo que as associações juvenis correspondem a expressões de cidadania, da sociedade civil organizada em espaços de intervenção, defesa e promoção dos interesses e necessidades (neste caso particular) de jovens, temos por objectivo realizar o diagnóstico da participação de mulheres e de homens na fundação, crescimento, organização e implementação desta associação almadense em toda a sua envolvente local, bem como nas esferas regional, política e pública.

As intervenções de jovens raparigas e rapazes, em idade escolar (e transitória para a maioridade) foram determinantes na fundação e instituição desta associação juvenil, de defesa do Património e recentemente reconhecida como Instituição de Utilidade Pública e equiparada a Organização Não-governamental de Ambiente (Onga).

Deste modo, pretendemos avaliar, com precisão, quem tem sido ao longo das três décadas de vida, o rosto do CAA, sobre quem têm pendido as decisões estruturantes para o futuro e que dinâmicas se desenrolam presentemente na estratégia e acção desta associação.

Assim, e tendo como ponto assente que são necessárias acções positivas (isto é, projectos e/ou actividades especificamente dirigidas/os às raparigas e/ou aos rapazes, às mulheres e/ou aos homens), delinéamos um diagnóstico do que se pretendia desenvolver e implementar.

Entre várias fases e abordagens, decorreu a recolha de informação para a aferição de perfis sobre as/os dirigentes e colaboradoras/es correntes no CAA. Procedeu-se ao levantamento e registo dos dados relativos a todas/os as/os dirigentes que ocuparam e pertenceram às sucessivas direcções e órgãos sociais.

Desse desenho, obtiveram-se, dentro do possível, outras informações acerca de indicadores como



o sexo, a idade, a filiação, as habilitações e/ou formação escolar e/ou profissional, a profissão que exerce, o estado civil, as/os filhas/os e a renovação, sucessão de cargos e mandatos nos três órgãos/corpos sociais - Mesa da Assembleia Geral [MAG], o Conselho Fiscal [CF] e Grupo Coordenador [GC] [vulgo direcção, neste caso sem Presidente e com funcionamento colegial]. As intervenções em Assembleia-Geral são, de forma semelhante, objecto de estudo, análise e interpretação. Logo, aspirava-se a indagar quais as barreiras à de participação de mulheres e homens nos processos de tomada de decisão no seio do CAA.

O que se pretendia era contribuir para o aumento da participação e da visibilidade dos contributos das mulheres nos meios e espaços de decisão, instituída em cada fase, momentos e processos de ponderação e mediação. Essa estratégia foi instituída tendo em vista desenvolver as competências das mulheres e apoiando-as no acesso à informação existente e na discussão partilhada e participada. Assim, aspirámos a adoptar e a implementar, ao longo do tempo de vida deste projecto (e para lá do seu término), as trocas discursivas orais e escritas com linguagem inclusiva, tanto nas comunicações internas entre funcionárias/os, colaboradoras/es, como em todas as comunicações com terceiras partes (por exemplo, nos cartazes, convites, na apresentação e na divulgação do projecto, etc.). Contudo, nem sempre tal foi conseguido. Mas sabemos que as mudanças estruturais, que mexem e agitam, se consolidam ao longo do tempo, dos tempos...

Por vezes, parece-nos que tudo está (e ficou) exactamente como estava...

Mas no que concerne ao padrão de as mulheres assistirem à Mesa da Assembleia-geral e os homens exercerem cargos executivos e de responsabilidade (Conselho Fiscal e Grupo Coordenador), essa dinâmica interna, entre mediação de assuntos e decisões a tratar e a tomar, tem sido reforçada com a realização mensal de reuniões dos membros efectivos e suplentes dos três órgãos – GC, CF e MAG. Em todas, as/os colegas presentes se manifestaram sobre as matérias a discutir e as decisões a adoptar. Mesmo as/os ausentes participa(ra)m, muitas vezes, por via de correio electrónico. Ou seja, está imediata e irremediavelmente mudada a forma de participar e de se trabalhar e decidir nesta associação e no colectivo organizado e institucional.

Como objectivo geral, tivemos o de introduzir e adoptar a perspectiva de género na estrutura e dinâmica organizacionais e associativas do CAA e nas actividades por si implementadas.

Como específicos 1) analisar a estrutura dirigente e de funcionamento da Associação, no passado e no presente, numa perspectiva de género; 2) promover o discurso inclusivo de género, através da adopção de uma linguagem sensível ao género, tanto no seio do CAA, como na sua relação com a comunidade (em todas as esferas e sectores); 3) integrar a dimensão de género nas acções educativas a realizar pelo CAA, junto da comunidade – nomeadamente, através da análise dos guiões de suporte às actividades guiadas, realizadas pela Associação nos núcleos históricos de Almada por forma a incluir a perspectiva de género nessas edições e nos respectivos materiais de apoio. Relativamente



a este público-alvo, o infanto-juvenil em idade escolar, trabalhámos com as/os alunas/os do 1º ciclo, nas situações de visitas guiadas pelos vários núcleos históricos da cidade de Almada, com recurso a guiões e outros materiais de apoio.

As abordagens discursivas e simbólicas retrataram os perfis, os ofícios e responsabilidades tradicionais mas diferenciadamente atribuídas por género, ao longo dos tempos – as mulheres lavadeiras e varinas; os homens políticos, intelectuais, poetas, tanoeiros, viadores, etc.; as mulheres ???... De facto, é a própria História da Humanidade que evidencia a figura masculina e subalterniza a imagem e participação feminina.

Pretendia-se sensibilizar para construir e alcançar, na população em geral, e nos públicos jovens, em particular, a necessidade e a mudança para a participação de mulheres e de homens na política e nos processos de decisão, não só no meio familiar como nas mais variadas esferas e sectores públicos da sociedade e da comunidade.

No caso do público-alvo interno, as/os beneficiárias/os foram, durante a vigência deste projecto, as/os colegas que pertencem ao GC, ao CF e à MAG.

O objectivo de envolver todas/os as/os dirigentes nas dinâmicas das reuniões e dos novos meios (espaços e recursos) de comunicação e decisão (como o são as mensagens de correio electrónico e por via telemóvel) foi plenamente alcançado.

Esta é a razão máxima pela qual acreditamos que é com estas/es agentes sociais de mudança que teremos que trabalhar para que a nível interno a participação e contributo femininos não sejam mais condicionados pelos constrangimentos dos estereótipos culturais.

Como estratégias de intervenção e metodologia de trabalho, aplicámos tanto o método interrogativo – para analisar e reflectir sobre a organização e funcionamento do CAA e dos/as suas dirigentes, em exercício e mandato, ao longo dos tempos; como o método expositivo – para promover e avançar o debate em torno destas questões, numa perspectiva de género e por via da sensibilização e ante a informação. Também o método activo foi introduzido com o intuito de promover a participação efectiva tanto de meninas como de meninos (nas visitas guiadas, dos primeiros níveis/anos escolares); como de mulheres e de homens (em pleno de funções como elemento, decisor e director, no colectivo do CAA).

Também o nosso Boletim, edição quadrimestral de divulgação e comunicação com as entidades públicas, privadas e particulares – ou seja, sócios/as, tradicionalmente intitulado Boletim de Ligação a Sócios, Colaboradores e Amigos, passou a denominar-se tão somente Boletim de Ligação. Foi uma deliberação consensual e conjunta desse mesmo colectivo.

Julgamos naturalmente que estes pequenos mas relevantes avanços são, enfim, marchas que nos levarão em direcção a um estado de equilíbrio e de igualdade de género.



Assim, e para o fomento do mainstreaming de género no meio associativo, importa evidenciar aqui a extrema necessidade de envolver e motivar tanto mulheres como homens, conquanto estes últimos não estejam ainda (pelo menos, parecem-nos) suficientemente motivados para abraçar esta causa...

Seja como for, parece-me que foram plenamente alcançados os objectivos, tanto o geral como os específicos do presente projecto de intervenção. E serão seguramente consolidados no futuro, próximo e também no mais longínquo.”

→ A IGUALDADE DE GÉNERO NO SÉC. XXI - O PAPEL DA EUROPA

“O meu projecto, no âmbito do programa “de Mulher para Mulher”, foi implementado na Associação Portuguesa do Parlamento Europeu de Jovens (adiante designada APPEJ), da qual sou sócia.

O projecto planeado, tendo em conta o mainstreaming de género, visava tornar prática regular o uso de linguagem inclusiva nas comunicações formais e não formais da APPEJ bem como dos seus sócios e das suas sócias.

Em Março de 2006, na Sessão de Primavera de Selecção Nacional do APPEJ, foi realizado um inquérito para um diagnóstico quantitativo das necessidades das/os jovens envolvidas/os na APPEJ. Longe de ser representativo, o inquérito permitiu, no entanto, concluir a existência de uma falta de consciencialização da desigualdade de género ao nível da participação cívica e política e dos mecanismos que servem de veículo para a concretização de uma verdadeira igualdade de oportunidades entre mulheres e homens nesse domínio.

Suscitar a inquietação perante as desigualdades de género e produzir um consensus omnium quanto à premência do uso de linguagem não-sexista foram as preocupações prioritárias.

Assim, pretendendo abranger o maior número de jovens directa ou indirectamente ligados/as à APPEJ para uma primeira fase de sensibilização, e notando a impossibilidade de o fazer nas actividades ordinárias da mesma por uma questão de limites de tempo, foi proposto à Associação subordinar a tradicional comemoração do Dia da Europa à temática da Igualdade de Género. A minha proposta foi apresentada e aprovada em Assembleia Geral da APPEJ e “A igualdade de género no século XXI – o papel da Europa” foi o tema do Seminário realizado no dia 9 de Maio.

Conciliando as áreas de intervenção das Associações organizadoras – a Rede Portuguesa de Jovens para a Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens (visto eu ser Mentorada do “de Mulher para Mulher”, programa por ela incentivado) e a APPEJ (como associação de origem) – foi decidido



Sílvia Vermelho 17 anos
Estudante de Ciência Política
Mangualde

Mentora
M^ª Regina Tavares da Silva
Membro do CEDAW



dividir o seminário em duas partes – a primeira, de partilha de conhecimento sobre a temática da igualdade de género, para sensibilização e informação das/os destinatárias/os e a segunda de debate, onde se fomentasse a participação e a interacção das/os mesmas/os. Planeado então o dia, segue-se a organização efectiva do mesmo e a desenfadada busca de apoios e patrocínios, convite das/os oradoras/es pensadas/os e destinatárias/os do seminário, assim como a resolução dos aspectos logísticos. O IPJ através da Delegação do Porto apoiou a realização do Seminário e a Escola Secundária Alexandre Herculano, também no Porto, foi a anfitriã do evento.

O trabalho em parceria, a colaboração entre Mentoradas com a contribuição directa das colegas Raquel Ribeiro, Patrícia Ribeiro, Cláudia Múrias, Oriana Moreira e Sandra Paiva, a colaboração de várias/os amigas/os associadas/os da APPEJ, assim como da coordenação do projecto e direcção da APPEJ, foram aspectos que apreciei bastante durante toda a jornada de organização.

A maior dificuldade sentida foi mesmo a conciliação dos interesses das três entidades organizadoras (REDE, APPEJ e IPJ). Assertividade e flexibilidade marcaram a comunicação entre as três partes envolvidas, competências que toda esta jornada me permitiu desenvolver e que constitui uma inalienável conquista pessoal.

Estando visível a vontade de integrar a temática de género nas preocupações cívicas da APPEJ, tinha chegado a altura de efectivar essa preocupação sobre a forma de uma recomendação para o uso de linguagem inclusiva nas comunicações oficiais da APPEJ ou por parte das/os associadas/os.

Usando a informação recebida ao longo dos Seminários e Encontros para Desenvolvimento de Competências do programa “de Mulher para Mulher”, o conhecimento/documentação que a minha Mentora M.^ª Regina Tavares da Silva me tinha amavelmente facultado ao longo dos encontros e, claro, pesquisa e estudo individual, foi então produzido um documento que recomenda e explica o uso da linguagem não-sexista às/aos associadas/os da APPEJ e à APPEJ em si mesma para as suas comunicações formais. O documento encontra-se devidamente fundamentado pelas directivas governamentais, comunitárias e internacionais. O próximo passo será a efectivação da linguagem de género nos estatutos oficiais da APPEJ.”



→ Possuir dados numéricos desagregados em função do sexo, que permitam ter uma visão integrada das tarefas, competências e envolvimento de rapazes e raparigas. **Estes dados devem incluir:**

- Número de pessoas do sexo masculino e feminino que colaboraram com a associação em todas os cargos ou funções;
- Número de horas despendidas por pessoas do sexo masculino e feminino na preparação, desenvolvimento e implementação das actividades;

- Número de pessoas beneficiárias das actividades desenvolvidas pela associação, quer do sexo masculino quer feminino;
- Nível educacional e formativo de pessoas do sexo masculino e feminino (sócios/as bem como quadros directivos e técnicos).

→ IGUALDADE NA PARTICIPAÇÃO ACADÉMICA

“Depois de discutir com a minha Mentora, a Deputada Isabel Santos, o meu projecto de intervenção consistiu na recolha de dados relativos à proporção entre líderes do sexo feminino e masculino das Associações de Estudantes (AE’s) da Academia do Porto como ponto de partida para uma reflexão aberta no seio da Federação Académica do Porto (FAP) sobre questões relativas à igualdade de género nesta Academia.

O meio associativo estudantil (e o do Ensino Superior em particular) permanece actualmente como uma fonte importante de formação para uma sociedade civil mais activa constituída por cidadãos e cidadãs mais interventivos/as, conhecedores/as, líderes. A Academia do Porto, sendo a maior academia do país, é um meio de formação por excelência dos/as futuros/as cidadãos/ãs do nosso país.

A FAP é constituída por vinte e quatro AE’s nas quais se incluem todas as AE’s da Universidade do Porto (a maior Universidade do País), além de outras pertencentes a Institutos Politécnicos Públicos e Privados e do Ensino Superior Particular e Cooperativo da área do Grande Porto.

Apesar da maioria de estudantes do sexo feminino que actualmente pertence a estas Instituições de Ensino Superior, ano após ano constata-se que quem lidera estas AE’s é maioritariamente do sexo masculino. Como resultado deste cenário a direcção da Federação Académica do Porto também é tradicionalmente constituída por homens. De facto, nos 15 anos de existência da FAP, nunca uma mulher liderou a Academia do Porto.



Raquel Gonçalves 23 anos
Licenciada em Medicina
Oliveira de Azeméis

Mentora
Isabel Santos
Deputada



Sou mulher e fui líder de uma associação de estudantes no passado. Essa experiência enriqueceu-me de sobremaneira e desenvolveu em mim competências como nenhuma outra além de me ter despertado para uma realidade diferente em que nem sempre as mulheres são bem-vindas.

Pretendo que o “privilégio” que me foi dado o seja também a outras jovens estudantes. O meu projecto nasceu da necessidade dos actuais líderes e membros das AE’s do Grande Porto se aperceberem da incoerência de uma gigantesca maioria masculina “associativa” representar uma bem conhecida população estudantil maioritariamente feminina.

A base do meu projecto de intervenção foi a recolha e organização dos dados relativos ao sexo das/os líderes das AE’s da Academia do Porto nos últimos 5 anos. Partindo dessa recolha, promovi uma reflexão na sede da Federação sobre as questões de igualdade de género nas AE’s da Academia do Porto. Pretendi assim analisar a percentagem de mulheres que lideraram a FAP e AE’s da Academia do Porto nos últimos anos em conjunto com as/os actuais líderes e restantes elementos dessas associações bem como debater as causas e a forma de auxiliar a alterar este cenário. Através do meu projecto pretendi ainda alertar as/os membros da FAP para as dificuldades que as estudantes sentem para tentarem pertencer a um “círculo restrito de líderes”, sensibilizar as/os actuais líderes destas organizações para esta temática, estimular a participação das estudantes do sexo feminino membros de AE’s do Ensino Superior da Academia do Porto nos cargos de liderança, discutir no seio da Federação se há necessidade de se imporem quotas para mulheres nas direcções das AE’s e da FAP e conseguir estimular a participação das estudantes na Federação para que em Dezembro de 2006 haja pelo menos uma mulher em cada uma das listas candidatas à próxima direcção da FAP.”



→ Complementar os dados numéricos com dados qualitativos acerca da igualdade de género dentro da associação de forma a ter uma visão não enviesada da realidade. **Estes dados devem incluir:**

→ Análises da distribuição de rapazes e raparigas pelos cargos, funções e actividades em que se envolveram de forma a perceber se existiu uma distribuição estereotipada em função do género [ex.: existem actividades tipicamente associadas a rapazes que envolveram raparigas ou elas não participaram? O mesmo aconteceu com os rapazes?]

→ Os passos já dados em direcção à igualdade de género [actividades, preocupações, intencionais ou não, que permitiram a participação equilibrada de rapazes e raparigas];

→ Atitudes e comportamentos de rapazes e raparigas em relação à igualdade;



- Percepções de rapazes e raparigas em relação às condições de trabalho na associação e à estrutura do trabalho realizado;
- Factores de vulnerabilidade acrescida com raparigas e rapazes (por exemplo, a pertença a minorias étnicas ou a grupos de exclusão social);
- Identificar competências, conhecimentos e experiências de raparigas e rapazes dentro da organização;
- Avaliar se a organização tem as capacidades e competências para analisar as suas responsabilidades numa óptica de género;
- Relacionar as descobertas com documentos de referência e políticas nacionais e internacionais ao nível da igualdade de género.

Recolher dados qualitativos implica uma postura consultiva. Isto pode ser feito através de questionários individuais, reuniões colectivas com pessoas de ambos os sexos, reuniões com pessoas do sexo masculino e outras com pessoas do sexo feminino. Quando o trabalho estiver terminado será possível conhecer quais as prioridades das pessoas envolvidas e começar a delinear planos de acção.

→ IGUALDADE NA PRAXE ACADÉMICA

“Gostar da vida e gostar da diversidade. Diversidade que não coexiste sem tolerância nem liberdade. Eu gosto de preservar a minha liberdade e gosto de construir o meu próprio espaço na sociedade em que vivo. Só que muitas vezes esta sociedade restringe a minha construção impondo limites, mesmo que subtilmente, à plena participação pessoal. À medida que fui crescendo entendi que não apenas o espaço a mim reservado estava distorcido como o de, se não todas, muitas pessoas à minha volta. E assim conclui o quão contraproducente pode ser a socialização.

O “de Mulher para Mulher” surgiu, não só como oportunidade para evoluir interiormente, como também serviu de ponto de partida para um novo entendimento e vontade de contributo social.

Foi proposto, logo no início, a planificação de um projecto de intervenção que abordasse a introdução das questões de género na vida social. Voltas e voltas dei eu à cabeça na tentativa de encontrar um projecto sustentável com o qual me identificasse. Antes de assentar na actual intervenção, pensei em elaborar um anúncio publicitário, um filme de sensibilização (a ser visionado nas escolas) ou um estudo ao nível das estruturas organizacionais da Universidade do Porto. Todos a remo da referida temática de género. Após reflexão conclui a inviabilidade de tais projectos não só por motivos monetários e temporais como por outras questões de ordem estrutural.

Com a ajuda da minha Mentora, a Eurodeputada Ilda Figueiredo, resolvi então optar por um outro objecto de trabalho: a Faculdade de Economia do Porto, local onde estudo. Mais especificamente a realidade praxística que aí se vive. Isto porque se a praxe vincula conceitos, comportamentos e valores é



Mariana Branco, 19 anos
Estudante de Economia
Matosinhos

Mentora
Ilda Figueiredo
Eurodeputada



também mecanismo de socialização dos alunos e das alunas, jovens que entram pela primeira vez para um meio que desconhecem.

A pouco e pouco, desde a entrada na faculdade, fui-me apercebendo de alguns desfalques ao nível da participação feminina nas actividades praxísticas - concepções de liderança masculina demasiado enraizadas, imagem estereotipada da mulher como minoria, pouco poder de afirmação das raparigas, exclusão ou limitação das possibilidades de acesso das raparigas aos cargos de responsabilidade e ao papel de líderes, existência de rituais que excluem as mulheres são só alguns exemplos constatados.

De acordo com essa percepção e na tentativa de objectivar o entendimento pessoal e colectivo, desenvolvi um levantamento das necessidades das pessoas que frequentam tais actividades, levantamento que teve como base índices de género (referentes aos anos de 2004/2005 e 2005/2006):

→ *A distribuição dos rapazes e raparigas por diversos organismos da faculdade: associação de estudantes, assembleia de representantes, tunas (feminina e masculina), eCOROMia (coro misto da FEP), comissão de praxe, FEP júnior consulting (empresa de consultoria);*

→ *Apuramento do nº de alunos/as colocados na FEP, médias de candidatura, médias de final de curso. Fiquei surpreendida com a quantidade de trabalho e despêndio de tempo que estas pequenas actividades exigiram. Digo despêndio e não desperdício pois considero que tudo isto acabou por ser uma mais valia empírica muito grande.*

No seguimento destas iniciativas e aproveitando a oportunidade de participar numa revista semestral da faculdade, de nome "Pasquim", publiquei um texto que pretendia alertar, de forma controversa, os e as estudantes da FEP para um método de integração desigual e preocupante.

Na recta final do projecto resolvi condensar todas as informações adquiridas com o objectivo de dar a conhecer o meu trabalho e conclusões finais do estudo que tenho vindo a desenvolver.

Este terá sido provavelmente o passo mais complexo, já que as aprendizagens a incluir eram inúmeras e implicavam uma selecção objectiva, bem como uma abordagem específica e cuidada. Além do mais, tive que recorrer a patrocínios e ajudas para financiar e assegurar a execução de tão desejada composição, o que se revelou um processo difícil!

Para finalizar não poderia deixar de falar na falta de sensibilidade existente quer na comunidade praxista, universitária e mesmo a nível social em relação às temáticas de género. Pude através do "de Mulher para Mulher" confirmar a visão limitada que ainda envolve este assunto. Uma visão que impõe barreiras à pura interrelação social.

È se gostar da vida é gostar da diversidade, só quando purificamos as relações sociais, libertando-as de pré-requisitos inócuos, caminhamos para a diversidade e tiramos mais partido da vida, mais partido da liberdade. Uma liberdade que por assumir formas tão diversas só nos pode fazer feliz."



Seguir estes passos permite demonstrar que a igualdade de género é um assunto importante em termos sociais e contribuir para o (re)lançamento da discussão acerca da igualdade dentro das associações.

4.2. PROJECTOS PEDAGÓGICOS, PROGRAMAS DE ACTIVIDADES E MATERIAIS QUE INCLUEM A VERTENTE DE GÉNERO

O *mainstreaming* de género nas associações juvenis é extremamente importante na medida em que permite criar intervenções que não são neutras em função do género e, conseqüentemente, permitem abranger a diversidade de rapazes e raparigas nelas existentes. Para atingir este objectivo, a igualdade de género deve ser integrada em todas as áreas, actividades e projectos de forma a motivar raparigas e rapazes a envolverem-se de modo igualitário em todas elas.

Em termos práticos isto significa intervir a diferentes níveis.





→ PROJECTOS PEDAGÓGICOS E PLANOS DE ACTIVIDADES

Os projectos pedagógicos que incluem uma vertente de género devem ser criados ou ajustados em função das necessidades específicas de raparigas e rapazes, de forma a aumentar as oportunidades de experimentação e de desenvolvimento de conhecimentos e competências de umas e de outros através de actividades diversificadas.

Assim sendo, na definição dos projectos pedagógicos deve existir um processo consultivo dirigido a cada um dos sexos e, posteriormente, a criação e implementação de actividades que constituem oportunidades acrescidas de desenvolvimento para ambos.

Os projectos pedagógicos podem incluir vários tipos de actividades:

→ Actividades que contribuem directamente para igualdade através do incentivo a que rapazes e raparigas ultrapassem esteótipos de género desde cedo e em todas as áreas da vida (ex.: os rapazes devem ser incentivados a efectuar tarefas de cuidados a pessoas enquanto as raparigas devem ser incentivadas a assumir posições de liderança);

→ Grupos de trabalho e de discussão de raparigas permite a criação de contextos protegidos de diálogo, debate e reflexão acerca dos seus problemas específicos. Uma das grandes vantagens destes grupos são o facto de se enquadrarem num ambiente privilegiado onde as raparigas podem desenvolver competências de argumentação e confiança em si próprias para, por exemplo, efectuarem apresentações públicas, apresentarem moções, petições e propostas de trabalho, serem assertivas...

→ POR UMA JS IGUAL



Rita Novais, 23 anos
Licenciada em Direito
Guimarães

“Pertencendo eu a uma juventude partidária e sendo desta, desde já há muito tempo, uma militante activa, não poderia ser outro o tema do meu projecto que não a participação das mulheres no seio desta. Em colaboração com a minha Mentora, a Deputada e Autarca Luísa Salgueiro, nasce o projecto “Por uma JS igual” que consiste em, ao nível da concelhia a que pertencço, apelar a uma maior e mais activa participação política das jovens, tentando demonstrar o quanto é fundamental essa mesma participação.

Para tal e como método de trabalho, optei por estabelecer um vasto leque de contactos no sentido de poder criar um pequeno e heterogéneo grupo de nove jovens mulheres com o qual, tendo por base uma grande proximidade, fosse possível desenvolver um trabalho que perdurasse para além da duração do projecto.

Assim, com o apoio do Secretariado Concelhio da Juventude Socialista de Guimarães e no sentido de introduzir as questões de género no seio do grupo, foi organizada uma primeira actividade em que,

**Mentora**

Luísa Salgueiro
Deputada e Autarca

para além de uma exposição feita pela Mentorada Cláudia Múrias acerca da temática, foi também feito (mediante um pequeno inquérito) um levantamento não exaustivo das perspectivas das jovens sobre a participação das mulheres na política, tentando simultaneamente identificar as suas necessidades e preocupações.

Foram ainda desenvolvidas outras actividades com um cariz mais político-partidário com o intuito de dar a conhecer os princípios basilares do partido, procurando, mediante a identificação das jovens com os mesmos, um maior envolvimento destas nas questões políticas.

O Projecto Por uma JS igual teve assim como principal objectivo fomentar uma maior proximidade de um pequeno grupo de jovens mulheres com a política, um pequeno grupo que se espera que, mesmo com o fim do projecto, cresça cada vez mais, pois que simultaneamente se procurou demonstrar a importância de uma participação política mais igual entre mulheres e homens na construção de um futuro melhor.”



→ Sistemas de empoderamento das raparigas através da criação de programa de Mentoria (que possibilitem o contacto com modelos de comportamento adaptativo e alternativo), da constituição de redes de contactos inter e intra-geracionais, que contribuem para tornar as raparigas mais aptas a intervirem socialmente em igualdade com os rapazes.

O empoderamento das raparigas contribui para que acreditem na importância do seu sucesso pessoal, assumam responsabilidades de forma confiante, desafiem o status quo, sintam que as suas soluções e propostas de trabalho são válidas e não receiem ser alvo de atenções.



→ HAMUC, O EMPODERAMENTO DAS MULHERES CIGANAS



Mª Liberdade Carlos, 30 anos
Licenciada em Antropologia
Setúbal

Mentora

Maria do Céu Cunha e Rêgo
Ex-Secretária de Estado para a
Igualdade

“Porquê HAMUC? A designação HAMUC surgiu inspirada na tríplice da nomenclatura individual cigana¹ e assumia-se como nome de casa – constava nos documentos oficiais e oficiosos, mas era para uso próprio, não tendo sido apresentado a nenhum/a dos entrevistados/as; também porque se tratava de uma sigla normalizada que não transparecia com clareza o conteúdo do projecto.

“O projecto HAMUC consistia no levantamento do Historial da AMUCIP – Associação para o Desenvolvimento das Mulheres Ciganas Portuguesas: Processo(s) de empoderamento. Assentava em três grandes etapas:

→ *No levantamento das histórias de vida de cada uma das fundadoras da Associação – cinco mulheres, duas mais maduras, mais velhas, e três jovens. Tinha como pressuposto que o contarem a sua vida numa conversa guiada lhes permitia uma consciencialização e, subsequentemente, um reforço do seu percurso de vida, de capacitação das competências pessoais e relacionais no domínio da conciliação/intervenção cívica. Não podendo generalizar, pois cada um/a sente como cada qual, não posso deixar de recordar, com gratidão, a Alzinda, que me disse emocionada “...nas mãos da Liberdade eu cresci, voltei a ser pequenina, voltei para a barriga da mãe e renasci...” A incorporação das histórias de vida das fundadoras na história de vida da associação foi a meu ver incontornável e extremamente enriquecedora. Tratava-se de uma associação recente, com a particularidade e a inovação de ser a primeira associação de mulheres ciganas portuguesas; mais notória e meritória pelo papel social da mulher cigana, premente na esfera privada, ténue na esfera pública. E porque foram elas e não outras, pessoas únicas que deram o passo.*

→ *No levantamento do historial, do(s) processo(s) de empoderamento e capacidade de intervenção social da AMUCIP. O processo de levantamento foi feito nas seguintes fases, visando apropriação e reforço: entrevista de grupo semi-directiva às fundadoras da associação; entrevistas semi-estruturadas a pessoas e/ou instituições que colaboraram na fundação da AMUCIP, bem como no seu crescimento, apropriação, acreditação, processo de empoderamento; devolução do histórico às fundadoras – análise e filtragem para o exterior.*

→ *Na disseminação deste processo enquanto exemplo de boas práticas. Pelas particularidades e unicidade já denotada, penso que ao dar a conhecer o histórico, este(s) percurso(s) particulare(s) pode(m) de facto ser inspirador(es) e sensibilizar outras pessoas para as temáticas da igualdade de género, emancipação e para o associativismo. Por meio de comunicações e, nomeadamente, por via de uma publicação - esforços estão a ser feitos neste sentido. O processo foi trabalhoso. Não só pela gestão de disponibilidades, motivações e vontades, bem como dos timings de cada um/a; como na transcrição e tratamento das entrevistas, compilação e*

1 Segundo a tradição, são dados três nomes à pessoa cigana: o nome secreto dado no baptismo da tradição, o nome de casa reservado aos ciganos e não empregue frente a um/a gadjé - não cigano - e um terceiro nome, usado só para os/as gadjé, que corresponde ao nome de registo civil e de baptismo católico ou evangélico - conforme a sua religião.



construção de texto – a primeira filtragem e elaboração de um texto com coerência, diplomacia, verdade, sempre que possível em primeira pessoa, já que tive o privilégio da entrevista gravada. Não obstante, todo o processo/projecto foi muito gratificante e inspirador. O reconhecer que é preciso saber dar tempo ao tempo, saber esperar, saber recuar, o valorizar o dia a dia, o momento, o sentir que às vezes é preciso arriscar, sem perder tempo com grandes divagações e certezas, porque não há tempo, o agarrar o momento para não perder o comboio... Aprendizagens que se apreendem no contacto, na partilha, no testemunho de momentos – bons ou menos bons - de vivências. Paralelamente, na mesma linha de reforço e capacitação apoiei a AMUCIP na concepção do livro “Tomar a Palavra – Olhares e Falas de Mulheres Ciganas Portuguesas sobre a Família e o Trabalho”, nomeadamente, ao nível de metodologia, estruturação e revisão de texto. Denoto que se trata de um trabalho da AMUCIP, em que ao entrevistarem à volta de 50 mulheres ciganas sobre as temáticas supra referidas, promoveram a reflexão e debate sobre as mesmas. A concepção deste projecto partiu de um interesse pessoal e profissional pela(s) realidade(s) sócio-cultural/is da(s) mulher(es) cigana(s) portuguesa(s). A sua concepção foi reforçada por dois anos de experiência de trabalho com associações, no âmbito do desenvolvimento local e, designadamente, pelo acompanhamento do Projecto “P’lo Sonho é que Vamos”, proporcionado pela minha Mentora, a Maria do Céu Cunha e Rêgo. O Projecto “P’lo Sonho é que Vamos” foi deveras inspirador para a concepção, designadamente, para a definição dos objectivos de HAMUC: permitiu o uso da metodologia de observação participante.

A todas as pessoas que colaboraram na concepção de HAMUC: Obrigada! Bem hajam!

Principalmente à REDE, pela possibilidade; à Dra. Maria do Céu Cunha e Rêgo pela Mentoria; e à AMUCIP, nas pessoas de Olga Mariano e Anabela Carvalho, Alzinda Carmelo, Noel Gouveia e Sónia Matos pela grandiosidade de ofertar uma vida, pelas perdas, pelos ganhos a que se dispuseram, pelo QUERER FAZER.”



→ COOPERAÇÃO ENTRE JOVENS MULHERES NA POLÍTICA E NO ASSOCIATIVISMO



Cláudia Múrias, 30 anos
Licenciada em Psicologia
Porto

Mentora

Manuela Massena
Ex-Delegada Regional da CIDM

“Desde que tomei conhecimento do Projecto “de Mulher para Mulher” fiquei deveras entusiasmada com a possibilidade de trabalhar com jovens participantes em movimentos associativos, pelo enriquecimento que este contacto me proporcionaria, dado que até então nunca tinha pertencido a nenhuma associação.

Uma vez que tive como Mentora uma mulher com um vasto e invejável curriculum na área da participação política local, a Manuela Massena, apercebi-me rapidamente das dificuldades que as mulheres nortenhas sentiram ao longo do processo democrático ocorrido nestes últimos trinta anos em Portugal.

Esta experiência partilhada despertou-me o interesse para implementar um projecto centrado sobre as dificuldades que as jovens mulheres sentem ao optarem por desenvolver uma actividade política no norte de Portugal, devido à influência dos estereótipos de género na mentalidade e nas representações sociais desta população.

Deste modo, com o objectivo de promover a cooperação, o diálogo e a reflexão crítica e fomentar a troca de experiências, de estratégias e de modos de liderança entre as jovens mulheres, delineei uma proposta de intervenção para abordar problemáticas como a cidadania e a democracia participativa, através de uma perspectiva feminina e trabalhar em contexto de grupo questões como competências de liderança, definição de prioridades e negociação de conflitos. Escolhi como metodologias a conscientização de Paulo Freire e análise de estudos de caso, para além de algumas metodologias activas como dinâmicas de grupo e simulações práticas, ou seja, role-plays, alternando as actividades em pequeno grupo com debates em grande grupo.

Organizar algo deste género era um desafio novo para mim. Não sabia, por exemplo, como elaborar um orçamento nem quais os passos necessários para estabelecer parcerias. Resolvi por em prática as minhas ideias e, tal como sempre nos foram sensibilizando ao longo do dMpM, procurei estabelecer parcerias com as minhas colegas Mentoradas que pertenciam a associações políticas, nomeadamente a juventudes partidárias, mais especificamente com os núcleos de Ermesinde e de Guimarães da Juventude Socialista. Porém, pude verificar as dificuldades oriundas da conciliação de agendas, o que acabou por inviabilizar esta alternativa.

Quando pensava que tudo estava perdido, senti novamente como a sinergia de interesses se traduz em cooperação com uma nova parceria, desta vez com a Associação Recreativa, Cultural e Social de Silveirinhos (ARCSS).”



→ REVITALIZAR A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA JUVENTUDE E PARTIDO SOCIALISTA EM ERMESINDE

“O trabalho de projecto desenvolveu-se ao sabor da assimilação progressiva do verdadeiro significado das palavras igualdade e género.

Diariamente somos confrontadas/os com injustiças, desigualdades gritantes e não nos apercebemos. Não estamos sensibilizadas para estas situações, visto que a sociedade se inteirou de as normalizar e nós de as aceitar. Se repararmos bem, a base da nossa sociedade é regida por uma normalização maioritariamente masculina.

Com a iniciação em Setembro de 2005, dos trabalhos com a Rede Portuguesa de Jovens para a Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens (REDE), fomos convidadas a apresentar temas sobre os quais gostaríamos de trabalhar durante um ano tendo em atenção a variável género.

Na verdade, a escolha de um tema para a realização do projecto não foi fácil, visto que não tínhamos experiência, nem sabíamos o impacto que iríamos ter dentro das nossas organizações/associações.

No meu caso a Juventude e Partido Socialista em Ermesinde.

O meu projecto inclinou-se para aquilo que mais me chocava ao nível do palco partidário, a minoria da participação feminina. Sendo assim e, em colaboração com a minha colega e camarada Sandra Pava e o apoio da minha Mentora, a Deputada Sónia Sanfona e da Manuela Massena, investimos num projecto ambicioso de cativar e instruir um departamento de Mulheres na nossa sede em Ermesinde. Procurámos inicialmente identificar a origem de toda a negação feminina da vida partidária da nossa secção, visto que numericamente possuíamos alguma relevância. Interessava conhecê-las melhor, ouvir as suas opiniões e, acima de tudo consciencializar outros militantes para a existência desses pontos de vista, dessas sensibilidades. Era necessário incentivar mais condições dentro das estruturas, quer na nossa secção, quer noutras frentes do nosso partido, promovendo-se uma participação mais equilibrada em cargos de responsabilidade. A nossa aposta residiu num diálogo saudável e directo entre as várias gerações de militantes já que, para haver alguma alteração nas mentalidades, nós também tínhamos de ter em atenção as vivências de cada uma delas. Não pretendemos de forma alguma criar uma divisão entre sexos, queremos pois fomentar a igualdade, lutando para que em conjunto sejamos uma só voz, um só partido.

Apesar de todo o apoio que obtivemos, nem tudo foi fácil. A nossa primeira iniciativa por exemplo, não teve o sucesso esperado. A participação foi exígua, mesmo depois do envio de mais de sessenta convites a militantes. Mas esta situação não era de se estranhar ao nível partidário, pelo menos tínhamos sido preparadas para essa eventualidade. Contudo, apesar de ter sido só uma amostra, as militantes que apareceram aclamaram por mais iniciativas. Foi com esta necessidade e interesse que decidimos continuar, alargando o nosso projecto para uma iniciativa mista.



Juliana Silva 27 anos

Lic. em Relações Internacionais
Ermesinde

Mentora

Sónia Sanfona
Deputada



O debate que seguiu apostou na troca de experiências, apostando casos reais de deputadas do próprio partido. O debate foi um sucesso, o interesse não residiu unicamente nas militantes, mas mesmo a maioria masculina interveio com questões de interesse e principalmente mais abertos às causas que nós defendemos.

Nós acreditamos que, com trabalho e perseverança, iríamos conseguir melhorar significativamente a participação e acima de tudo, a aceitação da Mulher na vida política. Nós também temos voz e além de deveres também direitos!”

→ REVITALIZAR A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA JUVENTUDE E PARTIDO SOCIALISTA EM ERMESINDE



Sandra Paiva 29 anos
Lic. em Engenharia do Ambiente
Ermesinde

Mentora

Heloísa Apolónia
Deputada

Manuela Massena
Ex-Delegada Regional da CIDM

“Graças a este projecto pude ter a oportunidade de contactar com uma realidade para a qual estava adormecida e contactar com pessoas e instituições que muito têm feito em prol da igualdade de género.

O meu projecto tem sido desenvolvido a nível partidário, mas mesmo nesta esfera podemos observar, por vezes de forma flagrante, este tipo de situações.

Apesar de inicialmente ter pensado realizar um projecto sobre a temática ambiental, alterei os meus planos devido ao facto de este se direccionar para a área política e, desta forma, o tema ser de difícil enquadramento em Portugal. As minhas Mentoras, a deputada Heloísa Apolónia e a Manuela Massena foram preciosas ajudas neste processo.

Ao longo do desenvolvimento do projecto, elaborado em conjunto com outra Mentorada (Juliana Silva) pude-me aperceber da desigualdade quer de tratamento, quer de participação partidária entre homens e mulheres. Apesar de muito se defender relativamente à participação feminina nas tomadas de decisão, verifica-se no entanto que este caminho é limitado. Ora esta situação leva a que as mulheres se sintam desmotivadas e que lhes diminua a vontade de participar.

A primeira actividade do projecto foi um encontro de mulheres realizado com o objectivo de se conhecer e contactar com a realidade. Na altura foram convidadas todas as militantes pertencentes ao núcleo partidário que represento.

De uma maneira geral, as mulheres têm um interesse limitado em debater este tipo de assuntos. No entanto, apesar de se ter verificado baixa aderência, evidenciou-se bastante interesse e uma abertura ao tema por parte das militantes que participaram.

De forma a dar continuidade ao desejo por elas manifestado, foram feitos convites a várias personalidades pertencentes ao partido para darem o seu testemunho e contributo de forma a motivarem e incentivarem as militantes.



Espero que estas nossas tentativas sejam o ponto de partida para a mudança e que permitam provocar alterações positivas às nossas militantes.”



→ Acções de formação de técnicos/as e voluntários/as bem como acções de sensibilização a sócios e sócias acerca da igualdade de género.

Frequentemente, as pessoas que dinamizam actividades dirigidas à juventude, técnicos/as, voluntários, animadores/as reforçam estereótipos de género através da veiculação do currículo oculto, ou seja, da transmissão (verbal ou não verbal, intencional ou não intencional) de crenças, valores, modelos de comportamento vigentes na sociedade mas que não são potencializadores de verdadeira igualdade entre rapazes e raparigas, homens e mulheres.

As acções de sensibilização permitem que as pessoas se apercebam da multiplicidade de comportamentos discriminadores, frequentemente implícitos e compreendam melhor a desigualdade de género. Constituem ainda uma oportunidade acrescida de questionamento pessoal e de adopção de novos comportamentos.

→ **DESIGUALDADE DE GÉNERO: FACTO, NÃO LENDA!**

“Desafio... era a palavra de ordem quando o programa “de Mulher para Mulher” nos foi apresentado... Uma das actividades incluídas neste programa foi a realização de um projecto de sensibilização/intervenção na área do género.

Dado que frequento a licenciatura em Economia na Faculdade de Economia do Porto e que a área político-económica é sem dúvida um foco muito relevante para a temática do género, decidi tentar intervir a nível interno na minha faculdade.

Até meados do projecto fui dirigente associativa na Associação de Estudantes da Faculdade de Economia do Porto, desempenhando o cargo de coordenadora do Departamento do Estudante, o que facilitou a minha missão e também a tornou mais abrangente.

Como objectivo principal defini a organização de um debate intitulado “Desigualdade de Género: Facto, não lenda!” a realizar na faculdade, contando com a participação de vários convidados especiais.



Ana Sá, 20 anos
Estudante de Economia
Matosinhos



Uma vez que já tinha alguma experiência na organização de eventos o projecto desenvolveu-se naturalmente. O primeiro passo foi falar com a minha Mentora, a Ana Sofia Ferreira, de forma a, conjuntamente, definirmos o melhor rumo para o debate. Chegámos à conclusão que o melhor seria criar uma estrutura paritária, tanto no que respeita aos convidados como às temáticas a desenvolver no debate. A nossa opinião sobre a desigualdade género é que é um obstáculo à plena democracia que afecta diariamente mulheres e homens e que este problema só será resolvido quando ambos se unirem para tornar o quotidiano mais paritário. O objectivo do debate seria alertar toda a comunidade da faculdade para o problema, contribuindo para uma maior consciencialização por parte dos/as discentes e docentes.

Definida a estrutura do debate, comecei por seleccionar informação sobre possíveis temáticas e convidados/as, tarefa para a qual tive a ajuda incansável da minha Mentora. Três aspectos determinados como fundamentais a abordar eram: A discriminação de género na esfera político-social, a discriminação de género na esfera familiar e a violência doméstica. Para tal concordamos que o melhor seria convidar quatro especialistas nestas áreas, sendo que duas seriam do sexo feminino e dois do sexo masculino.

Os passos mais importantes da organização do meu projecto vieram a seguir. Contactar o Conselho Directivo, a Associação de Estudantes e algumas/alguns docentes da Faculdade de Economia do Porto o que permitiu e facilitou em termos de logística e divulgação a realização do debate nas instalações da faculdade com data prevista para 16 de Maio de 2006. Estando definido o espaço, chegou a altura de convidar as/os oradoras/es. Para expor a discriminação de género na esfera político-social foi convidada a Dra. Maria do Céu Cunha e Rêgo, jurista, formadora em Igualdade de Género, ex-Secretária de Estado para a Igualdade e ex-Presidente da Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego. Como especialista em estudos sobre a violência doméstica foi convidado o Dr. Manuel Lisboa, Professor Doutor em Sociologia na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Director do SociNova, perito do Conselho da Europa na Task Force to Combat Violence Against Women, including domestic violence e especialista em questões de género. Para abordar a temática da discriminação de género na esfera familiar foi convidado o Dr. Manuel Albano, licenciado em Serviço Social e Delegado Regional da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres. De forma a completar as temáticas do debate através da sua experiência foi convidada a Dra. Teresa Romaninho, Psicóloga clínica, Assessora do Ministério da Justiça e Presidente da Soroptimist Internacional Clube do Porto Invicta.

A estrutura do debate previa que existisse discussão no final das intervenções das/os oradoras/es para que houvesse interacção com o público. Para tornar este objectivo uma realidade, convidei a minha Mentora, a Dra. Ana Sofia Ferreira, Economista e Administradora hospitalar, exercendo actualmente funções de Adjunta do Ministro da Saúde, para ser moderadora do debate.

Mentora

Ana Sofia Ferreira

Adjunta do Gabinete do Ministro da Saúde



Chegado o dia, tudo estava preparado e devidamente organizado, mas nada impedia que eu estivesse uma pilha de nervos ansiando que o debate fosse uma iniciativa bem sucedida.

A adesão ao debate foi a esperada e após a intervenção dos/as oradores/as surgiram várias questões da parte do público. De uma forma geral as únicas coisas que faltaram no debate foi uma maior aderência e mais tempo para a interacção com as pessoas presentes, pois a conversa foi bastante interessante e com certeza continuaria não fossem questões de logística que não permitiram que o debate durasse mais que duas horas e meia.

Este projecto foi sem dúvida um desafio com qual muito aprendi. A minha perspectiva sobre as questões de género é muito mais madura e a minha experiência organizativa também.

Foi uma actividade bem sucedida graças ao apoio de várias pessoas e instituições, mas fundamentalmente tenho que agradecer à minha Mentora que sempre me apoiou e ajudou a desenvolver este projecto.

Assim foi, uma das diversas actividades desenvolvidas pelo dMpM ao longo de um ano... um programa com a palavra sucesso desde a sua criação.”

→ A MULHER NO CONTEXTO UNIVERSITÁRIO

“Um dos meus projectos levados a cabo no âmbito do “de Mulher para Mulher” foi a organização de uma Tertúlia intitulada “A Mulher no Contexto Universitário”. A organização deste evento surgiu sustentada no facto de que a Direcção da Associação de Antigos Alunos da Universidade de Aveiro (AAAUA), da qual faço parte, havia projectado a organização de uma série de tertúlias no seu Plano de Actividades 2004/2006. Desta forma, a referida Tertúlia realizou-se no dia 16 de Março de 2006, às 21.00h no Hotel Moliceiro em Aveiro. Os/as oradores/as convidados foram o Professor Doutor Renato Araújo, antigo Reitor da Universidade de Aveiro, e a Professora Doutora Maria Luís Rocha Pinto.

Estiveram presentes cerca de 30 pessoas entre sócios/as da AAAUA, funcionários/as e professores/as da UA e aveirenses em geral. Durante o tempo em que decorreu a tertúlia foram explanados os temas referentes ao género, especificamente o peso das mulheres e homens no meio académico enquanto pedagogos/as e gestores/as.

No que se refere à organização deste tipo de iniciativas podemos referir que existem sempre dois parâmetros que a podem colocar em risco. Um está relacionado com a motivação que proporciona no público alvo e que determina que estejam presentes ou não um número vasto de pessoas. O segundo parâmetro é o de conseguir conciliar a presença dos/as oradores/as. Quando consideramos apresentar o convite a pessoas com algum currículo na área, pode-se correr o risco de que nem sempre a



Cláudia Luz, 29 anos

Lic. em Planeamento Regional Urbano
Aveiro

Mentora

Eunice Neves
Autarca



sua agenda permita reservar o mesmo dia e hora.

O local onde se realiza a iniciativa é também relevante. No caso das tertúlias é necessário ponderar a reserva de um espaço que permita o diálogo entre as pessoas presentes o que não está favorecido, por exemplo, num anfiteatro de 200 lugares. Nesta iniciativa determinou-se que a Tertúlia seria realizada numa sala do Hotel Moliceiro que possui um espaço equipado com mesas e sofás, o que lhe confere um ambiente acolhedor e favorável para o debate directo dos diversos temas.

Outro factor importante é a publicidade que se faz ao evento. A AAAUA divulga sempre as suas actividades nos jornais locais, como o “Diário de Aveiro”, “Aveiro”, “As Beiras” e o “Correio do Vouga”, e também no “Jornal On-Line da Universidade de Aveiro”. Para além disso, envia um e-mail a todas as pessoas associadas e colaboradoras. É importante difundir a informação de forma a proporcionar condições para que esteja presente um maior número de pessoas, tarefa em que fui ajudada pela minha Mentora, a Autarca Euníce Neves.

Em forma de conclusão é relevante referir que esta forma de discutir os problemas de género se revelou adequada e com um potencial maior em termos de proporcionar que a mensagem da igualdade entre mulheres e homens seja amplamente assimilada.”

→ **INTERRUPÇÃO VOLUNTÁRIA DA GRAVIDEZ - QUE OPÇÕES?**



Oriana Moreira, 19 anos
Estudante de Direito
Alfena

Mentora
Maria de Belém
Deputada

“Quando o “de Mulher para Mulher” começou, eu não pertencia a nenhuma associação o que me possibilitava escolher tanto o tema como o público-alvo que melhor se adequasse tanto às minhas áreas de interesse como aos conhecimentos da minha Mentora.

A escolha da Interrupção Voluntária da Gravidez dá-se por combinar dois importantes factores: é uma área para a qual se prevê que hajam iniciativas legislativas em breve, processo que me interessa acompanhar de perto enquanto aluna de Direito, com o auxílio da Maria de Belém por ser também essa a sua formação de base; ao mesmo tempo, enquadra-se na temática dos direitos sexuais e reprodutivos da qual eu pouco sabia mas que considero de enorme importância.

Com a realização do debate subordinado ao tema: “I.V.G. – que opções” propus-me a permitir as/aos jovens conhecimentos mais aprofundados sobre a IVG, bem como colocar à sua disposição argumentos fundamentados que permitissem o desenvolvimento de uma consciência crítica.

Organizar algo deste género era algo de novo para mim. Não sabia que passos dar nem o que seria necessário fazer e deparei-me com a necessidade de alterar algumas das ideias iniciais que se revelaram inexequíveis. Também a possibilidade de parcerias com outras associações foi pensada mas por questões de incompatibilidades de agenda tais não foram viáveis. Tudo isto levou a que uma



primeira data tivesse que ser desmarcada.

No entanto, e após novo planeamento, foi possível marcar Setembro como data final para a realização do debate.”

→ MÉDIA, GÉNERO E SEXUALIDADE

Quando seleccionada para pertencer ao grupo de jovens mentoradas do Programa de Mulher para Mulher foi-me dito que uma das minhas tarefas seria a de conceber e pôr em prática um projecto de intervenção.

Agora que penso nisso, estou segura de que se trata de uma das etapas primordiais deste ano de trabalhos. É que identificarmo-nos com uma causa é uma coisa. Mas encontrarmos meios para agir em prol dela é outra.

De que forma é que eu poderia contribuir para atenuar as desigualdades de direitos e oportunidades entre mulheres e homens? A questão perseguia-me. Como é óbvio, isto não cabe na cabeça de ninguém! Não tinha jeito nenhum andar a ser atormentada por um projecto fantasma. Tinha que lhe dar corpo.

É fez-se luz. E comecei a trabalhar em conjunto com a minha mentora – Alice Frade, coordenadora do Departamento de Cooperação e Desenvolvimento da Associação para o Planeamento da Família – na concepção de um Seminário que inter cruzasse as nossas áreas. O resultado foi qualquer coisa como “Media, Género e Sexualidade”: uma jornada de reflexão feita essencialmente por jornalistas e para jornalistas e estudantes de jornalismo.

É começaram a surgir os contratempos. Respostas que não vinham, parcerias que se quebravam. E o projecto voltou a perseguir-me.

Tanto que, à altura em que me sento a escrever este testemunho, já estive para ser em Aveiro, Coimbra e Porto, mas ainda não se realizou. Aliás, nem vai realizar-se.

A partir deste momento os papéis vão inverter-se. Concebi uma nova maneira de abordar a questão e agora sou em quem vai perseguir essa ideia. Ora bem, há pessoas que iriam estar no Seminário cuja opinião para mim é realmente importante. Por isso, decidi recolher o testemunho de algumas delas e compilá-lo depois num fanzine, a distribuir em sítios estratégicos.

Estou certa de que desenvolvi muitas competências: as de contornar situações e ajustar-me aos acontecimentos, que no fim de contas são complementares, foram as mais importantes.



Raquel Louça Silva 23 anos
Licenciada em Jornalismo
Lisboa

Mentora

Alice Frade

Responsável pelo Departamento
de Cooperação e Desenvolvimento
da APF



Um trabalho e herança invisíveis, cujos lucros pessoais são, por isso, difíceis de explicar.

Moral da história: até ao fim do ano vai andar na rua um fanzine a perseguir-vos.



→ Valorização da cultura feminina e das questões da igualdade de género.

→ MULHER NA POESIA



Andrea Henriques 27 anos
Licenciada em Psicologia
Aveiro

Mentora

Teresinha Tavares
Especialista de intervenção em
Países da América Latina e África

“O meu trabalho de projecto, pertencendo eu ao Grupo Poético de Aveiro (GPA), teve que ver com poesia, obviamente. Com poesia, e com mulheres, claro.

Essa ideia começou a surgir logo na entrevista, antes mesmo de saber se tinha ou não sido seleccionada para o programa “de Mulher para Mulher”. E depois foi-se consolidando através da mentoria com Teresinha Tavares e acabou por resultar numa sessão pública de leitura de poemas que de alguma forma falam sobre a Mulher, o seu papel na sociedade ou as desigualdades ainda existentes entre mulheres e homens.

Não foi fácil conseguir reunir um número significativo de poemas sobre este tema, que permitissem fazer uma sessão de poesia! Parece que não há muitas pessoas a escreverem sobre a Mulher, nem as próprias mulheres. Contudo, com uma vasta pesquisa e bastante insistência, lá se conseguiu encontrar textos até bastante interessantes e fizeram-se duas apresentações: uma na Universidade de Aveiro, graças à colaboração com a Associação dos Antigos Alunos, e outra na Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto, em parceria com a Associação de Estudantes.

Escolheram-se meios académicos tendo em conta que o trabalho de projecto deveria ser dirigido, de preferência, a jovens. Todavia, e apesar de toda a divulgação que foi feita, as apresentações não registaram um grande número de espectadores/as, o que provavelmente reflecte a fraca inclinação da população portuguesa em geral para as questões da leitura e da poesia em particular!

No entanto, o trabalho de projecto não ficou por aqui: num dos vários encontros com as outras Mentoradas, surgiu também a ideia de se fazer algo parecido com um concurso, em que se pediria a jovens que escrevessem poemas sobre a desigualdade de oportunidades entre mulheres e homens,



sendo que os melhores textos seriam posteriormente publicados num número especial da revista do GPA. Porém, e depois de inúmeras diligências, foi impossível arranjar verbas para editar a revista. Assim, começámos a pensar em alternativas, e a alternativa seria que uma outra entidade, sensível às questões de género, aceitasse editar, numa das suas publicações habituais, os poemas. Neste momento, temos praticamente a garantia, se bem que ainda não total, de que é isso que vai acontecer. Desta forma, decidimos avançar com a ideia e fazer a respectiva divulgação, apelando a jovens entre os 15 e os 30 anos, residentes no distrito de Aveiro, para escreverem sobre o tema. O prazo para entrega dos trabalhos vai até meados de Setembro.”

→ IGUALDADE + E LINGUAGEM INCLUSIVA NA BARAFUNDA

“Uma das actividades a realizar pelas Mentoradas no âmbito da participação no projecto “de Mulher para Mulher” consistia na concepção e implementação de um ou dois projectos de intervenção, consoante a Mentorada fosse ou não oriunda de uma estrutura associativa juvenil. Deste modo, pareceu-me que a melhor forma de potenciar os meus projectos de intervenção a partir do meu enquadramento na Barafunda – Associação Juvenil de Cultura e Solidariedade Social, seria ao desenvolver um projecto de carácter mais interno (no seio da associação) e um outro com uma vertente mais direccionada para o exterior.

Assim, o primeiro projecto previa a adaptação de todos os materiais/documentos produzidos e divulgados pela Barafunda AJCSS de modo a que a dimensão de género e a utilização linguagem inclusiva estivessem garantidas. Comecei por fazer uma análise dos materiais (panfletos, cartazes, formulários, questionários, manuais, apresentações em PowerPoint, etc.) utilizados pela associação, diagnosticando quais não continham uma linguagem inclusiva e a dimensão de género incorporada. Depois dos materiais estarem revistos e melhorados nestes domínios, outro passo fundamental para assegurar a viabilidade deste projecto passou pela sensibilização da equipa técnica da associação para a necessidade de utilizarem sempre uma linguagem não discriminatória nos materiais/documentos que criassem e divulgassem. Com a sua colaboração posso dizer que a associação tem hoje materiais que respeitam os princípios da linguagem inclusiva e da igualdade de género e que, dessa forma, contribuem para a promoção da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres pela sensibilização de utentes e público em geral através do contacto com os mesmos.

“Igualdade +” foi a designação que atribuí ao outro projecto de intervenção que desenvolvi e que, prevendo abranger um maior número de pessoas da comunidade, consistiu na criação de um link com o nome do projecto no site www.beneditainova.pt, criado e gerido pela Barafunda AJCSS, exclusivamente



Neide Jorge 24 anos
Licenciada em Sociologia
A - Dos - Cunhados

Mentora
M^a do Rosário Carneiro
Deputada



dedicado à temática da igualdade de oportunidade entre homens e mulheres.

A principal dificuldade com que me deparei prendeu-se com a minha gestão pessoal de tempo, que foi sendo cada vez mais limitado ao longo da implementação dos projectos, devido a exigências da minha actividade profissional.

Em termos de feedback dos projectos posso dizer que estes foram bem acolhidos, tanto pelos/as colaboradores/as da associação como pelas demais pessoas que de alguma forma tomaram conhecimento dos mesmos e me abordaram. Ainda assim é de destacar alguma resistência no reconhecimento de que, ainda hoje, não há uma efectiva igualdade de oportunidades entre homens e mulheres. A maioria das pessoas, numa primeira abordagem, afirma que “essa luta” já está ganha e não reconhece os obstáculos que ainda hoje se colocam a mulheres e homens nesse domínio; às primeiras sobretudo em termos de actividade e percurso profissional e aos segundos no que diz respeito ao envolvimento na esfera da vida familiar.”



→ Visitas e intercâmbios nacionais e internacionais (que constituem oportunidades acrescidas de desenvolvimento da autonomia e da capacidade para resolver problemas de rapazes e raparigas assim como de aprendizagem multi-cultural).





→ IGUALDADE DE GÉNERO VIA OUTDOOR

“Durante o projecto “de Mulher para Mulher”, através do contacto com a minha Mentora, Teresa Oleiro, tive a oportunidade de me sensibilizar para as questões da igualdade de género. Foi um pequeno passo mas muito importante, pois este tipo de representações há uns meses atrás era completamente inexistente. Actualmente, é bastante diferente, o meu olhar, os meus ouvidos e a minha atitude perante determinadas imagens, situações. Este trabalho foi colmatado com a leitura de textos e livros que me permitiu adquirir vocabulário ligado às questões de género e sensibilizar-me para as mesmas no contexto nacional. Ajudou-me no meu crescimento e desenvolvimento de competências e sem dúvida que foi e está a ser uma enorme aprendizagem e abertura da nossa realidade.

Esta sensibilização foi importante para a concepção e implementação de projectos inclusivos em matéria de género na área da juventude. Estive envolvida na candidatura do projecto: GEVO – “Gender Equality Via Outdoor”, de intercâmbio de jovens. Uma vez que existe claramente desigualdades de género na nossa sociedade tanto a nível Nacional como Internacional, o objectivo deste intercâmbio era sensibilizar os (as) jovens de vários países sobre as questões de género, tendo como ferramenta metodologias de Educação Não Formal.

No processo de planeamento da candidatura, desenvolvi determinados pontos: a preparação a realizar dentro do próprio grupo e com os outros grupos parceiros (projectos anteriores, comunicação, visitas antecipadas de planeamento...), o percurso e perfil dos e das jovens envolvidos/as no projecto; a forma como os/as jovens seriam activamente envolvidos/as em cada fase do projecto e, finalmente, colaborei na definição do programa de actividades.

Na óptica do desenvolvimento das minhas competências e de me preparar para a realização daquela actividade, fiz o curso de formação de formadores/as em educação não formal, que consistiu na vivência e experimentação de papéis (o de formando/a e o de formador/a), através de mútua aprendizagem e de várias actividades (dinâmicas, construtivas, elucidativas, imaginativas e objectivas chegávamos a novas escolhas e opções pessoais e sociais). Esta formação foi um processo de aprendizagem, evolução e crescimento e, sem dúvida, um salto enorme a nível pessoal e social, que me permitirá desempenhar as minhas funções com um maior empenho, conhecimento em futuras acções e participações cívicas.”



Dídya Duarte, 20 anos

Estudante de Osteopatia
Lisboa

Mentora

Teresa Oleiro
Chefe do Gabinete do Ministro da
Saúde



→ MULHERES NAS SOCIEDADES EUROPEIAS



Ana Rita Roque, 23 anos
Lic. em Relações Internacionais
Lisboa

Mentora
Helena Pinto
Deputada

“A minha experiência neste projecto foi bastante enriquecedora, em vários aspectos.

O projecto que me propus realizar no âmbito do “de Mulher para Mulher” foi um intercâmbio internacional que reuniu vários países europeus: a Alemanha, a Polónia e a Espanha.

O nome do intercâmbio foi as “Mulheres nas sociedades europeias” e tinha como principal objectivo fomentar o debate sobre diferentes perspectivas relativas às questões do género. Assim, jovens que provinham de vários países com diferentes backgrounds culturais e sociais juntaram-se durante uma semana em Coimbra para tentar perceber e descobrir novos pontos de vista sobre o género.

Dentro da questão do género foram vários os temas abordados, tendo em conta os assuntos que considerei mais interessantes de explorar e as expectativas que os/as participantes expressaram nas suas fichas de inscrição.

De entre os temas abordados destaca-se a relação entre cultura e género e consequentes estereótipos; o tema da violência com especial atenção à violência no namoro; os media e o género; a esfera pública e a esfera privada e os direitos da mulher enquanto Direitos Humanos.

A realização do meu projecto teve três fases determinantes: a fase da preparação, a fase da execução e a fase da conclusão.

A fase da preparação foi sem dúvida a mais trabalhosa e onde encontrei as maiores dificuldades.

Esta primeira fase caracterizou-se por várias acções como a solicitação de apoios para a realização do intercâmbio; divulgação do intercâmbio para outras associações e institutos; selecção das participantes, manter um constante contacto com todas as organizações participantes, entre as quais se destaca a UMAR, associação a que a minha Mentora, a Deputada Helena Pinto pertence; organizar os quartos na pousada, refeições e toda a logística inerente ao intercâmbio propriamente dito. Durante esta fase aprendi a lidar com todos os aspectos logísticos, mas as maiores dificuldades advieram de vários imprevistos que quase punham em risco a execução do intercâmbio.

Exemplo disso foi o que aconteceu relativamente às refeições. Três dias antes da realização do intercâmbio, recebi um e-mail de uma instituição a quem efectuei pedido de patrocínio a recusar a minha solicitação de apoio às refeições do grupo. Eu, na altura considerava esta situação altamente improvável, uma vez que me tinham apresentado as maiores facilidades em obter este mesmo apoio. Nesta altura foi mesmo importante, já estar a trabalhar com uma colega com quem dividi tarefas. Assim, ela foi uns dias antes para Coimbra e no Domingo, um dia antes do intercâmbio (que iniciava na 2ª feira), conseguimos um restaurante.

Esta fase foi também importante para me aperceber do modo de actuação e de funcionamento de algumas organizações, pois não tinha a noção da burocracia e da dificuldade de actuação existente,



bem como algumas reticências face a novas ideias que se poderiam implementar através da organização.

Esta fase de preparação foi um verdadeiro desafio e devo referir que a capacidade de relativizar e racionalizar as situações bem como encontrar outras perspectivas foi fundamental.

A fase de execução foi a que inicialmente, me causou maior tensão pois era o resultado de toda a preparação em que tinha estado a trabalhar, para além de haver sempre pormenores que nunca estão completos.

Nesta fase trabalhei com outra colega, o que permitiu a divisão de tarefas: enquanto uma trabalhava com o grupo, outra tratava das questões logísticas que estavam pendentes e as que iam surgindo. Desta forma foi possível gerir tanto as questões logísticas como as actividades do intercâmbio. De referir, que a determinada altura do projecto foi muito importante reparti-lo com outra pessoa, para obter mais e melhores resultados.

Uma vez que os/as participantes estavam motivados/as e cada grupo por país se tinha preparado para as actividades do intercâmbio, estas actividades resultaram. Cada participante contribuiu com ideias e criatividade, nos vários temas debatidos, donde resultaram trabalhos bastante originais, tanto a nível de roleplays como de materiais construídos através de cartazes, post-its, canetas entre outros.

Desde o início tentámos criar espírito de grupo, este intercâmbio não era só do grupo português, mas sim de todos/as participantes presentes. Logo no segundo dia, após terem chegado a Coimbra, fizemos uma foto-maratona, que tinha como tema “o género na cidade”. Cada grupo (composto por jovens de diferentes nacionalidades) iria partir pela cidade com os seus mapas e tirar fotografias que estivessem relacionadas com o tema. Teriam depois de seleccionar 4 fotos, das quais seria eleita a melhor foto.

Outro momento marcante do intercâmbio foi o dia que dedicámos à violência, houve a preocupação de abordar o tema de forma genérica, por forma a não ferir susceptibilidades. O grupo revelou grande interesse pelo tema e a presença de uma técnica da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima veio enriquecer a discussão, pelos inputs que introduzia na conversa. Todos/as saímos nesse dia da sala de reuniões com os nossos conhecimentos ampliados.

Também o dia dedicado aos Media e género marcou a diferença. Numa das actividades, cada participante deveria criar um anúncio publicitário “onde o que é atribuído a um determinado género foi invertido” ou seja, inverter os típicos anúncios comerciais, por exemplo criar um anúncio para uma chave-de-ferramentas feminina.

O intercâmbio foi muito produtivo e deste resultaram vários outcomes como a realização de um CD-Rom como todas as fotografias do mesmo, destinando-se uma secção especial para as fotografias da foto-maratona; um conjunto de porta-chaves que foi entregue a cada participante e será um



símbolo deste intercâmbio, a realização de postais que serão entregues a cada associação, para serem utilizados como material de promoção de igualdade de género e várias propostas para a realização de outro intercâmbio sobre a questão do género/migração, desta vez organizado pelo grupo alemão. A fase da conclusão é a de realização dos relatórios e justificativos de todos os gastos realizados no intercâmbio. É uma fase de retrospectiva dos resultados, de análise dos pontos positivos e dos pontos a melhorar. Nesta fase tenho mantido o contacto com as pessoas do intercâmbio, e já se fala em novos projectos a realizar.

Por tudo o que vivi com este intercâmbio, esta foi uma experiência importante para mim, que me abriu horizontes e me valorizou bastante a nível pessoal e profissional, não só pela concretização deste desafio como pelo know-how adquirido.

Se não tivesse participado neste projecto dMpM, dificilmente surgiria a oportunidade de realizar um projecto neste âmbito, dentro do tema do género. Sinto por isso, uma maior urgência de fazer e de aprender ainda mais sobre a questão da igualdade de oportunidades, nas consequências e sobretudo soluções para obter resultados mais paritários.”



A criação deste tipo de actividades implica, obviamente, um orçamento e a atribuição de verbas. Essas verbas podem ser disponibilizadas a partir do orçamento geral da associação. Por outro lado, como as associações costumam ter verbas limitadas para o desenvolvimento das suas actividades, podem considerar formas alternativas de financiamento [ex.: programa Juventude, que inclui entre as dimensões de análise de candidaturas a dimensão de género enquanto uma mais-valia] ou serem identificadas formas não dispendiosas de intervenção, como o recurso a parcerias com organizações que trabalham na área da igualdade de género e que possam dar apoio a este nível.

Nunca é excessivo realçar que rapazes e raparigas devem ser envolvidos/as de forma equitativa nas diferentes tarefas a desenvolver, de forma a potenciar o desenvolvimento equilibrado de competências pessoais, sociais e interpessoais. Só pessoas com um amplo leque de competências transversais a diversos contextos podem ser indivíduos com capacidade para intervir e influenciar a sociedade em que vivem.



→ RECURSOS PEDAGÓGICOS

Uma outra área onde é importante intervir na promoção da igualdade de género é na criação e utilização de materiais e recursos pedagógicos. Estes podem e devem acompanhar a mudança social mas também constituir-se enquanto instrumentos promotores de mudança.

Os materiais e recursos pedagógicos devem possibilitar que rapazes e raparigas se possam identificar com modelos diversificados, incluindo uma variedade significativa de práticas masculinas e femininas.

Os materiais e recursos pedagógicos utilizados devem ainda conter imagens não estereotipadas de papéis de homens e mulheres e evitar conteúdos e imagens sexistas. Devem ainda contribuir para o fomento da auto-estima das raparigas, apresentando e valorizando o contributo das mulheres no desenvolvimento social, económico e cultural.

→ A ZÉ E O MARIA: TUDO ÀS AVESSAS?!

“Quando entramos na página do “de Mulher para Mulher”, e clicamos na hiperligação programa, pode ler-se que uma das actividades a realizar pelas Mentoradas é “experienciação da intervenção para a mudança através do desenvolvimento e implementação (pelas Mentoradas) de projectos na área da juventude”.

Pois bem, as Mentoradas terão que desenvolver e implementar um projecto, que promova a igualdade de género entre mulheres e homens, direccionado à população mais jovem.

Ok, tudo bem, já entendi, mas o que vou eu fazer agora?

Após alguns dias (semanas) de reflexão sobre o tipo de projecto a fazer decidi elaborar uma proposta de projecto que se enquadrasse no solicitado e que, simultaneamente, me desse algum gozo a fazer. Resolvi desenvolver algo aplicável às crianças do 1º ciclo, ou seja, a minha proposta de projecto assentou sobre a criação de um kit lúdico-pedagógico que permita desenvolver nas crianças sensibilidade para a questão da IO.

Kit lúdico-pedagógico é uma ideia engraçada, mas em que é que incide esse kit? De que será composto? Como será trabalhado?

Então, do kit irão fazer parte: uma história, um guião para trabalhar a história, um CD-Rom com jogos vários relacionados com a história e, para finalizar, um tabuleiro de jogo também ele sendo um meio de aplicação dos conhecimentos adquiridos através da história.

Ideia genial! Muito boa esta proposta de projecto – dizem-me na REDE. Muitos parabéns – disse a Sílvia (Mentorada).



Ana Margarida Santos 27 anos
Licenciada em Antropologia
A - Dos - Cunhados

Mentora
Ana Vicente
Ex-Presidente CIDM e investigadora



Bem, as coisas não podiam estar a correr melhor! Ah!! Mas há um senão: existem prazos, como é óbvio, para a conclusão dos projectos e como tal é preciso ter consciência do que se quer e consegue fazer. O melhor é começar a trabalhar já. Mas começo por onde? Começo a escrever/inventar a história? Se calhar é melhor iniciar pelo CD-Rom, ou será que o melhor mesmo é desenhar as personagens? Estamos em Janeiro e ainda não me tinha passado pela cabeça que das partes que constituem o Kit a única que poderei fazer com pouca ajuda será a invenção da história. Isto porquê? Porque não percebo nada de programação (informática) nem tenho o mínimo jeito para desenhar (artes).

Boa Ana! Devas ter-te lembrado desses pormenores (bem grandes por sinal) antes de apresentares a proposta. Não há problema algum, pois o Zé (jovem que frequenta o 12º ano de informática) está disponível para auxiliar na construção do CD-Rom, assim como o Fábio e a Ana (ambos amigos do Zé e a frequentarem o 12º ano de artes) no que diz respeito à ilustração da história – diz-me o Samuel (professor de informática).

Excelente! Então vamos ao trabalho.

1º passo: Reunir com a/os colega/s (Ana, Samuel, Zé, Fábio) que irão colaborar comigo, para esclarecer o que é o “de Mulher para Mulher” e o que é pretendido com o desenvolvimento do Kit.

2º passo: Começar a escrever a história. No entanto, a Ana Margarida não se deve esquecer que seria importante começar por saber o que as crianças pensam em relação a este assunto (10) – diz-me a Mentora Ana Vicente num dos encontros de Mentoria.

É isso mesmo, vou conversar com as crianças que frequentam o ATL da Barafunda – Associação Juvenil de Cultura e Solidariedade Social – para saber o que pensam elas sobre esta temática, ou seja, que estereótipos têm, ou não, elas já interiorizados relativamente às tarefas domésticas, às profissões, ao lazer, às cores e peças de vestuário.

Finalmente começo a escrever a história. Em 2 dias a história “A Zé e o Maria: Tudo às avessas?!” Fica pronta, apesar de continuar a ser limada para se chegar ao actual resultado.

3º passo: Planificar os jogos que são pretendidos para integrarem o CD-Rom: palavras cruzadas, puzzles, associação de imagens, escolha múltipla, entre outros. Estes são reencaminhados, mais uma vez para o e-mail acima referido, por forma a que o Zé pudesse começar a trabalhar no CD.

4º passo: O guião para auxiliar as/os professoras/es e/ou educadoras/es tem que ser planificado. Sim, convém, já estamos no final de Maio. Mais 2 dias de trabalho pós-laboral até de madrugada e o guião fica pronto. Depois de algumas sugestões externas eu volto a rever o guião.

Agora é a altura para pedir à Dra. Ana Vicente que me faça uma crítica ao trabalho e fica terminada esta parte.



5º passo: As ilustrações da história são fundamentais na construção do Kit. Depois de várias ideias, o Fábio e a Ana pegaram no jogo do tangram (jogo chinês) como ideia de partida para desenhar as personagens da história. Adorei a ideia e adorei as imagens que me apresentaram. Mais uma reunião para decidirmos como vão ficar as ilustrações, que imagens se vão pôr no CD-Rom, entre outras coisas.

6º passo: Com a ideia do tangram e sem tempo (pelo menos para já) para criar o tabuleiro de jogo, o Samuel sugere que se construa um tangram em madeira para fazer parte do Kit. Boa! É isso mesmo, vamos ter com o Nelson (nosso amigo) e pedimos-lhe que nos dê uma ajuda, já que a arte da carpintaria é com ele.

7º passo: Estou a terminar o kit com grande entusiasmo e desejava de ver o resultado final, esperando que a Zé e o Maria contribuam para a desconstrução da visão estereotipada que as crianças têm da realidade e que incentivem todas as meninas e meninos a lutar pela IO entre MULHERES e HOMENS – ambos com letra maiúscula.”

→ MURAL DA JUVENTUDE PARA A IGUALDADE

O projecto que desenvolvi enquanto mentorada no projecto “de Mulher para Mulher” denomina-se Mural da Juventude para a Igualdade. Surge de uma parceria entre a Rede Portuguesa de Jovens para a Igualdade, entidade promotora do Projecto acima referenciado, a UMAR, União das Mulheres Alternativa e Resposta, associação à qual pertence a minha Mentora, Elisabete Brasil, à Maria José Magalhães e a Associação Recreativa Cultural e Social de Silveirinhos, onde exerço funções como coordenadora do Projecto “Sensibilidades Diferentes, Oportunidades Iguais”.

A população-alvo deste projecto, foram alunos e alunas do 3º Ciclo do Ensino Básico (7º e 9º ano), e menos directamente, seus professores e professoras, e outros agentes educativos, da Escola EB 2/3 Frei Manuel de St.ª Inês, situada em Baguim do Monte, Concelho de Gondomar. Esta escola foi escolhida por conveniência, estando já a ser alvo de uma intervenção de um projecto denominado Igualdades, daí que a mesma revelou desde o início um grande interesse para colaborar na construção do Mural e os alunos e alunas envolvidos já estavam sensibilizados à temática, o que foi oportuno pois o tempo escasseava.



Patrícia Ribeiro, 26 anos
Licenciada em Psicologia
Porto

Mentora
Elisabete Brasil
Presidente da UMAR



O principal objectivo do meu projecto foi potenciar um processo educativo que promovesse a igualdade entre géneros, em contexto escolar, e que resultasse da:

- Sensibilização da comunidade educativa e educanda para as questões das Igualdades/Desigualdades e para a relevância da existência de projectos sobre estas temáticas em contexto escolar.*
- Construção de um Mural da Juventude para a Igualdade, sendo este mural um “grito” e um compromisso dos jovens para um futuro em que a Igualdade seja elevada, que seja baseada em valores como a liberdade, solidariedade, justiça e paz, e em direitos referentes aos diversos contextos onde os/as jovens estão inseridos ou nos diferentes aspectos da sua vida considerados relevantes pelos/as mesmos/as (por exemplo, casa, família, pares, escola e educação, emprego e trabalho, segurança e protecção, ...).*

Os objectivos específicos atingidos foram a/o:

- Abordagem de forma pedagógica, as temáticas da Igualdade/Desigualdade, numa lógica de educação não formal.*
- Construção de estratégias de educação não-formal que complementem o papel das escolas na socialização e no desenvolvimento pessoal e social dos/das alunos/as.*
- Desenvolvimento de competências psico-sociais (motivação, participação, auto-estima, responsabilidade, criatividadeE) e o grau de empowerment nos alunos/alunas.*
- Aprofundamento de competência pessoais interrelacionais, pedagógicas das e dos docentes, envolvendo-os no desenvolvimento pessoal e social dos alunos e das alunas;*
- Promoção do diálogo e debate social e o exercício da cidadania das/dos jovens, e professores/as nas questões ligadas à Igualdade.*

As técnicas utilizadas durante o processo de edificação do Mural estimularam uma participação activa e criativa dos/as envolvidos/as, sendo por exemplo: Trabalho de grupo; Dinâmicas / Jogos de treino de competências; Debates / Discussões em grupo; Brainstorming; Resolução de problemas, Jogos de clarificação de valores; e a Partilha de experiências.

A construção do Mural da Juventude para a Igualdade representou um período de construção e desenvolvimento, de mim comigo mesma, de mim com os outros, e de mim perante a Igualdade.

Este processo iniciado no Projecto De Mulher para Mulher não terminará sem duvida alguma, em Setembro, aquando haverá o término do mesmo.

Apesar de já me considerar uma pessoa sensibilizada para as questões do género antes de ter tido a oportunidade de me tornar numa mentorada, sentir um produto reflectido por mim, que já permitiu a outras jovens mulheres e jovens homens, pensarem sobre as desigualdade, considerarem e desenvolverem estratégias para a mudança, envolvendo-os na construção deste produto, foi bastante fecundo e enriquecedor.



Durante esta construção existiram períodos de alegria, mas junto com o crescimento que este percurso proporcionou também se foram sentido dúvidas, fantasias, temores e anseios.

Dúvidas sobre a melhor forma de envolver os jovens, de fazerem com eles mergulhassem nas questões do mainstreaming de género, e formassem comigo uma eficaz equipa de trabalho com fortes certezas de que o trabalho a realizar, os objectivos, e os resultados valeriam a pena.

Fantasias, algumas expectativas demasiado elevadas a que tivemos de pôr luto.

Temores e anseios do tipo “Serei capaz?”, pergunta esta que serviu de fonte de desafio para caminhar com mais energia, inspiração e dinamismo. E hoje sinto que estou mais forte, e que apesar de todas as dificuldades consegui ir além dos limites que me prendiam e ainda sei, que posso contar com os/as me rodearam em todo este caminho, e que tenho de confiar neles, e principalmente em mim mesma.

Foi realmente marcante a partilha e a troca de experiências, com as mentoradas e técnicas/os do projecto e da REDE, com as mentoras, e com outras pessoas que a construção do projecto nos levou a conhecer, a gostar e a desgostar, para ultrapassar as dificuldades, as resistências internas e também algumas externas, a compreender e a elaborar as ansiedades e que nos permitiu este desenvolvimento.

O Mural da Juventude para a Igualdade, e todos os passos que dei até ter o produto final vem despoletar agora em mim inúmeras formas de agir, sentir e estar, ampliação de conhecimentos e principalmente, um crescimento profissional, mas sobretudo pessoal, que ficará na memória, e será perpetuado e trabalhado no tempo, a fim de uma melhoria que é sempre possível.

→ ADAPTAÇÃO DA METODOLOGIA EPTO AO GÉNERO

Propôs-se a adaptar a metodologia de intervenção da European Peer Training Organization às questões de género. Depois de ter adaptado as actividades efectuou o seu teste junto da população juvenil.

Mentora

Margarida Santos
Membro Graal, especialista na área
da conciliação



Rute Freitas 30 anos
Licenciada em Psicologia
Odivelas



→ A IGUALDADE DE GÉNERO NA CATEQUESE



Patrícia Bernardo, 26 anos
Licenciada em Ciências da Educação
Esmoriz

Mentora

Helena Costa Araújo
Presidente da APEM

Propôs-se inicialmente a efectuar a adaptação de conteúdos da catequese à igualdade de género e posterior sensibilização e formação do grupo de catequistas para as novas metodologias. Devido a dificuldades várias optou por reformular a metodologia de trabalho e propôs-se a:

- introduzir os conceitos/noções da temática da igualdade de género na formação de catequistas do próximo ano;
- adaptar sessões de catequese em função da Igualdade de género para os grupos dos 6, 7 e 8 anos;
- estruturar sessões de formação de catequistas a realizar em Setembro onde são abordados os seguintes conteúdos: história das mulheres, papel das mulheres na igreja católica, viver a igreja católica no feminino, combate a estereótipos de género no interior da vivência cristã, como formar de forma cristã para a IGUALDADE através da análise de textos bíblicos e de bibliografia de referência na óptica da igualdade de género.



→ ESPAÇOS E HORÁRIOS

Na sociedade tende a existir uma diferenciação na forma como rapazes e raparigas ocupam os seus tempos livres e momentos de lazer, fruto de factores educacionais, quer sejam eles de ordem familiar, escolar ou social que não promovem oportunidades de desenvolvimento semelhantes para uns e outras.

Em consequência, os rapazes tendem a ter mais frequentemente hábitos de prática desportiva, hábitos de vida activa e a procurarem actividades de lazer fora de portas. Por outro lado, as raparigas tendem a optar por realizar actividades mais sedentárias e normalmente dentro de portas. A ocupação diferencial do tempo e do espaço origina o desenvolvimento de competências diferenciadas, e frequentemente assimétricas, entre rapazes e raparigas.

A ocupação dos espaços e o tipo de actividades disponibilizadas para ambos os sexos constituem uma das principais fontes de discriminação, ainda que subliminar ou não consciente, por não atenderem à particularidade e interesses de rapazes ou raparigas ou tão somente, porque não existem espaços com capacidade e qualidade para que todas as pessoas possam deles usufruir.

Note-se ainda que é precisamente nos espaços onde rapazes e raparigas não costumam ter uma presença contínua no tempo que umas e outros estão mais sujeitos a coacção psicológica, sendo sobretudo, impedidas/os de participar.



As associações juvenis podem desempenhar um papel activo, diversificando e planeando estrategicamente a oferta, considerando vários aspectos:

- Os espaços (onde praticar?)
- As actividades/ práticas (quais?)
- A dinâmica (quando?)
- A orgânica (como, quem e para quem?)
- O financiamento (com que verbas?)
- A promoção (como se informa?)

Os horários e duração das actividades bem como de reuniões devem também ser tidos em consideração. Frequentemente, as raparigas (particularmente as mais novas) evidenciam menor autonomia em relação a figuras de autoridade, tendo horas mais restritas para chegarem a casa. A questão da segurança deve também ser tida em consideração uma vez que é frequente que rapazes e raparigas receiem circular em determinadas áreas a partir de certa hora. Assim sendo, o horário para a realização das actividades e reuniões deve adequar-se ao grupo e participantes por forma a garantir a participação de todas as pessoas.

→ PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DESPORTIVA DAS RAPARIGAS

“A igualdade de género implica a participação equilibrada de mulheres e homens em todas as esferas da vida incluindo a participação económica, política, desportiva, social e na vida familiar, sem interdições nem barreiras em função do sexo. Ou seja, um dos principais objectivos da igualdade é o de permitir a todas as pessoas a plena participação e o acesso a uma gama completa de actividades, permitindo-lhes assim realizar todo o seu potencial.

No entanto, em Portugal existem ainda muitas desigualdades e assimetrias. A maioria das pessoas não se apercebem da discriminação e dos estereótipos de género enquanto problema e, consequentemente, não sentem que a igualdade de género seja uma luta na qual faz sentido envolverem-se.

O conceito em si suscitou-me no início deste projecto algumas dúvidas e resistências. Mas, considerando que a educação e a formação ao longo da vida contribuem para o desenvolvimento pessoal das mulheres e dos homens e lhes permitem uma adaptabilidade no mercado de trabalho face aos desafios da sociedade, a Igualdade de Oportunidades entre mulheres e homens no desporto passou a ser uma questão fundamental e uma preocupação diária. Neste processo, a minha Mentora, Isabel Cruz desempenhou um papel fundamental.

A educação e o desporto são tidos como factores de socialização de adolescentes. As vivências desportivas na escola influenciam as formas de participação futura de mulheres e homens neste tipo de actividades – daí a enorme importância de incluir, nesta área, as questões da igualdade, uma vez que, tal como na maioria das áreas anteriormente referidas a maioria dos estudos sobre a participação



Sofia Silva, 26 anos
Licenciada em Educação Física
Fafe

Mentora
Isabel Cruz
Vice-presidente da APMD



desportiva de adolescentes revela-nos que as raparigas são fisicamente menos activas que os rapazes e que esta diferença aumenta durante a adolescência.

O projecto “de Mulher para Mulher” permitiu-me um melhor conhecimento nesta área, o que me levou a uma maior preocupação acerca deste questão, daí que perante a proposta da realização de um projecto de intervenção, resolvi desenvolver um projecto que, mesmo que pequeno, tenha impacto social/político em Fafe. Assim, para que tal fosse possível, realizei numa primeira fase um estudo inicial com o objectivo de realizar um diagnóstico da participação de raparigas e mulheres na actividade desportiva da freguesia; a sua participação organizada, enquanto praticantes, dirigentes, treinadoras, etc. Foi efectuado um inquérito nas Escolas do 2º e 3º Ciclos e na Escola Secundária. Um inquérito foi igualmente realizado a todas as associações e clubes do concelho de Fafe.

Este projecto tem ainda como principais objectivos: I) organizar uma sessão de debate com todas as instituições inquiridas por forma a reflectir, em conjunto, sobre a realidade da participação feminina no desporto no concelho de Fafe e II) no sentido de incentivar e premiar as instituições que se preocupem com a participação feminina no desporto no concelho de Fafe, propor à Junta de Freguesia a introdução de pontuação valorativa dos clubes/colectividades que acompanham esta área, ou seja valorizar as instituições (clubes/colectividades) que promovem/desenvolvem a participação de raparigas e mulheres na actividade desportiva da freguesia.

Tal como tinha previsto, não houve qualquer resistência por parte das diferentes instituições à realização do inquérito, no entanto, parece-me ser de extrema importância o debate a realizar por forma a perceber como será encarada a proposta de alteração do sistema de pontuação da Junta de Freguesia. Posso referir que a ideia foi recebida com muito interesse por parte do Presidente e restantes elementos da JF e que espero poder concretizar este projecto ainda antes do final deste ano. De qualquer forma, é obvio que apenas aquando da entrega da proposta na Junta vou poder verificar qual a consciência das pessoas nesta freguesia relativamente à igualdade de género no desporto.

Durante toda a minha vida pessoal e profissional muitas foram as pessoas que contribuíram para a minha formação, e também o projecto “de Mulher para Mulher” ajudou-me a crescer enquanto pessoa e enquanto mulher. Com a realização deste projecto de intervenção, e transcrevendo alguém, aprendi que na vida “Não há nada comparado entre o que se perde por fracassar e o que se perde por não tentar”...



→ INSTRUMENTOS DE COMUNICAÇÃO

A divulgação das associações juvenis e das respectivas actividades constitui um factor estratégico para a sustentabilidade das mesmas e para a sua implementação na comunidade que as rodeia.

Esta divulgação assenta na comunicação verbal e não verbal. Introduzir o *mainstreaming* de género nos instrumentos de comunicação das associações juvenis implica escolher mensagens dinâmicas, heterogéneas e não estereotipadas em função do género através:

→ Da criação de campanhas de divulgação responsáveis, que introduzam novas mensagens e imagens acerca dos papéis dos rapazes e raparigas na sociedade.

→ De um tratamento da imagem que transmita mensagens igualitárias em relação às ocupações de rapazes e raparigas e aos espaços que ocupam.

→ Da introdução de imagens diversificadas de rapazes e raparigas em termos de etnia, apresentação física, etc... de forma a contribuir para a pluralidade das mesmas, mostrando assim que a juventude é constituída por pessoas, com características próprias e múltiplas.

→ Da eliminação das imagens violentas, degradantes ou pornográficas em relação às raparigas e mulheres.

→ Da escolha de imagens de mulheres como seres humanos criativos, protagonistas relevantes, contribuintes e beneficiárias do processo de desenvolvimento.

→ Da utilização linguagem verbal não-sexista e inclusiva.



→ ESTEREÓTIPOS DE GÉNERO NOS MATERIAIS DE DIVULGAÇÃO



Liliana Azevedo, 28 anos
Licenciada em Ciências Sociais
Lisboa

Mentora

Ana Coucello
Presidente da Plataforma Portuguesa
para os Direitos das Mulheres

“Face à evidência das desigualdades de género, e resultantes discriminações, não podia deixar de me interrogar: como é que estas desigualdades se formam e como é que se reproduzem? Qual o papel dos anúncios e outras imagens publicitárias neste processo? Qual o papel da comunicação social ou dos materiais educativos? As revistas, por exemplo, abundam em preconceitos sexistas, desde a selecção das fotografias à escolha dos assuntos.

A resposta passava pela análise dos estereótipos de género que se imiscuam no quotidiano e constroem/distorcem a nossa visão sobre as mulheres e os homens.

O projecto visava sensibilizar o público em geral para a infiltração desses estereótipos no dia-a-dia e para a inalterada mira sexista das centenas de imagens que diariamente consumimos.

Inicialmente pretendia realizar postais, em papel e em suporte informático – com vista a uma divulgação electrónica via e-mail ou blogue/site.

O primeiro passo consistia em fotografar situações estereotipadas. Estas imagens deveriam posteriormente ser trabalhadas informaticamente, tendo como resultado a elaboração de um postal.

O produto final seria uma colecção de postais alusivos aos vários estereótipos de género que ainda persistem.

Deparei-me com dois obstáculos: o primeiro deveu-se à dificuldade, por um lado de captar a imagem em tempo real, por outro de fotografar pessoas na acção; o segundo obstáculo prendeu-se com questões técnicas, tais como o acesso aos programas de computador adequados a este tipo de trabalho. Ao discutir estas dificuldades com a minha Mentora, a Ana Coucello, a solução passou por, numa primeira fase, alargar a recolha de imagens à Internet, à imprensa, etc., numa segunda fase, repensar o suporte do projecto, substituindo os postais por apresentações em PowerPoint, que serão divulgados através de e-mail e do blog da REDE.

Deste modo, a divulgação deste projecto de sensibilização “Desigualdades de género – onde começam?” assenta na própria REDE e entidades parceiras, bem como na rede de Mentoradas e Mentoradas criada no seguimento do projecto “de Mulher para Mulher”, e indirectamente nas redes pessoais destas.

Os resultados não serão imediatos, devido à multiplicação de destinatárias/os. É no entanto de esperar que esta campanha tenha um efeito boomerang.”



→ CRIAÇÃO DE CAMPANHA PUBLICITÁRIA NA ÁREA DO GÉNERO

“Foram as diversas situações de desigualdade que me levaram a participar no “de Mulher para Mulher”, sendo estas as primeiras sobre as quais eu quis trabalhar com a ajuda do programa.

Sempre que ia para uma aula da História da Arte ficava intrigada por todos os grandes nomes que se estudavam serem nomes de homens. Parece que durante séculos as mulheres não eram tidas, nem como criativas, nem merecedoras de qualquer papel na arte.

Este problema era sentido por várias pessoas na Associação de Estudantes da Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto, à qual na altura presidia, sendo que foi decidido organizar um ciclo de conferências com o nome: “O Feminino na Arte”.

Este ciclo de conferências, que foi organizado em colaboração com a Prof. Ana Luísa Barão (docente da cadeira de História da Arte em Portugal na FBAUP), teve como objectivo a criação de referências artísticas a nível feminino e provocar o debate em volta das autoras. Neste sentido foram convidadas as seguintes pessoas na categoria de conferencistas: David Santos, crítico de arte do IADE com o tema: a obra da artista Filipa César e ainda a docente na Universidade de Évora Sandra Leandro, com a conferência intitulada “Metáforas do coração”.

A professora Ana Luísa Barão, para além da mediação de contactos com as devidas entidades e convidados, teve também a função de mediar as mesmas conferências.

Como forma de participação neste programa escrevi ainda um artigo para o JUP, Jornal Universitário do Porto, como forma de promover o “de Mulher para Mulher” e fazer a comunidade académica do Porto pensar um pouco sobre a igualdade de oportunidades entre os sexos. Neste processo fui apoiada por Alexandra Silva e Ana Sofia Fernandes.

Como trabalho final elaborei ainda, em conjunto com a Mentorada Laura Mesquita, e com o apoio da Mentora e Deputada Sónia Fertuzinhos, uma campanha publicitária para promover a participação das mulheres em papéis de tomada de decisão. Esta campanha irá ser distribuída a nível nacional em escolas e associações juvenis várias.

Com a ideia firme de que se deveria conduzir a campanha para uma libertação dos estereótipos estabelecidos na sociedade apercebemo-nos que, nada melhor que usar os mesmos estereótipos e de seguida subverte-los. Assim decidi trabalhar com ícones, que não são mais que símbolos aceites pela sociedade de determinada realidade, pois estes ícones devido à forma abstracta pela qual são constituídos, funcionam como representantes de toda uma realidade tão vasta como a mulher ou o homem. É nada melhor que uma aliança entre estes ícones e a linguagem da sinalética. Obrigatório: Igualdade!

Trata-se assim de um sinal, como se se tratasse de um sinal de trânsito, em que, através da utilização



Fernanda Torre 22 anos

Estudante de Design de Comunicação
Barcelos

Mentora

Sónia Fertuzinhos
Deputada



de uma balança em desequilíbrio (a balança é o símbolo da justiça) se demonstra que os homens têm mais “peso” na sociedade dos nossos dias. Este sinal está acompanhado de um pequeno texto de sensibilização!”

→ CRIAÇÃO DE PLANO DE DIVULGAÇÃO DA CAMPANHA PUBLICITÁRIA NA ÁREA DO GÊNERO NO MEIO ASSOCIATIVO JUVENIL



Laura Mesquita 28 anos
Licenciada em Estatística
Ermesinde

Mentora

Ana Maria Braga da Cruz
Jurista e Ex-Presidente da CIDM

“Na verdade fiquei muito surpreendida por ser integrada neste projecto. Fiquei muito feliz quando me ligaram. Durante umas horas nem consegui trabalhar... No entanto, não fazia ideia do que iria acontecer no projecto. Não sabia em concreto como o projecto se iria desenrolar e quais os meus objectivos para com esta nova etapa. Pelo menos, uma certeza havia e continua a existir, o interesse por este tema.

O trabalho de projecto... Não foi nada fácil tomar alguma decisão, pois o leque de abrangência inicial era demasiado ambicioso. Acho que queria mudar o mundo com uma campanha publicitária!

A primeira fase do projecto foi muito difícil uma vez que eu e a minha Mentora - a Ana Maria Braga da Cruz – demorámos a chegar a um consenso de ideias. Depois, o projecto fluiu normalmente, em estreita colaboração com a Fernanda Torre. Até nos foi solicitado realizar uma candidatura a um mecanismo de financiamento de forma permitir a sustentabilidade do mesmo.

Esta candidatura foi feita e esperamos o resultado. Os objectivos do projecto são, através de uma campanha publicitária, recorrendo a cartazes, postais e mailing lists:

→ *Sensibilizar as populações mais jovens e o público em geral para a necessidade de aumentar a participação das mulheres, e em particular das jovens mulheres, na política e nos processos de tomada de decisão;*

→ *Incentivar a participação das jovens mulheres nos processos de tomada de decisão, nomeadamente no seio do associativismo juvenil.*

Neste processo, a minha intervenção consistiu em planear a forma como a campanha será disseminada e introduzida nos Média e nas associações juvenis.

Espero sinceramente continuar a colaborar com a RÊDE ou mesmo com projectos deste âmbito. Força, continuem e iniciem “de Mulher para Mulher”2.”





5. CONCLUSÃO

O *mainstreaming* de género na área da juventude é um conceito de que se fala há muitos anos a nível europeu. No entanto, apenas recentemente começou a ser implementado como forma de estimular a igualdade de género em Portugal. Tem o potencial de transformar organizações e de as tornar em locais onde rapazes e raparigas se sentem confortáveis e respeitados/as.

As associações juvenis encerram um poderoso potencial multiplicar da igualdade de género por via da faixa etária dos membros que as compõe e do grupo alvo com o qual trabalham; por outro lado, uma vez que não trabalham de forma isolada e possuem ramificações privilegiadas com o meio social circundante (político, escolar, familiar) constituem poderosos mecanismos de disseminação de boas práticas. Enquanto espaços de fomento de cidadania activa e da participação não podem continuar a ignorar o seu papel transformador ao nível da igualdade de género.

A REDE visa continuar a apoiar este trabalho, criando novos projectos que facilitem o processo. A criação do **Kit de Formação sobre Género e Juventude**, cujos conteúdos exploram estratégias de introdução da temática da igualdade de género na cultura organizacional das associações e grupos de jovens, e de inclusão da dimensão género no desenho, implementação, acompanhamento e avaliação de projectos de juventude, é exemplo disso mesmo.

Apesar do *mainstreaming* de género ser em si mesmo um processo nem sempre simples de implementar, é consensual que, uma vez iniciado o trabalho, o impacto e os resultados produzidos são significativos.

Espera-se assim que este trabalho tenha dado um contributo para a introdução do *mainstreaming* de género no meio associativo.





6. ANEXOS

6.1. ANEXO 1 - CHECK-LIST PARA O MAINSTREAMING DE GÉNERO NAS ASSOCIAÇÕES JUVENIS

Durante a preparação do processo de *mainstreaming* na tua associação juvenil faz uma análise para verificar se:

- Foi assumido um compromisso com a igualdade de género?
- As pessoas da associação (voluntários/as, sócios/as, corpos directivos) foram envolvidas e responsabilizadas no processo de *mainstreaming*?
- Foram reunidas estatísticas ou dados qualitativos desagregados em função do sexo que permitam conhecer a situação actual da associação?
- Foi efectuada a revisão das normas, da documentação distribuída a nível interno e externo ou foi elaborada nova documentação que inclua a dimensão de género na forma e no conteúdo?
- Foram identificadas as áreas da associação que contribuem para discriminações em função do género ou, por outro lado, promovem a igualdade?
- A forma de actuação está a ser holística e integrada?
- Foram criadas verbas, orçamento específico ou identificados recursos humanos e materiais que não implicam gastos para a realização de acções de sensibilização?
- Os planos de actividades e as actividades propriamente ditas estão a contemplar nas fases de elaboração, implementação e avaliação a igualdade de género?
- Caso existam espaços ou actividades onde as raparigas e rapazes se encontrem em posição claramente desvantajosa, foram consideradas medidas específicas para alterar essa situação?
- Os recursos pedagógicos, técnicas e instrumentos estão a ser elaborados numa óptica de género em termos de conteúdos verbais e não-verbais?
- Os materiais de divulgação de actividades e da própria associação estão a ser elaborados numa óptica de género em termos de conteúdos verbais e não-verbais?

6.2. ANEXO 2 - CHECK-LIST PARA A ELABORAÇÃO DE PROJECTOS NA ÁREA DA JUVENTUDE QUE INCLUEM O MAINSTREAMING DE GÉNERO

Durante a preparação de projectos na área da juventude que incluem o *mainstreaming* de género, faz uma análise para verificar se, durante o ciclo de projecto esta componente foi devidamente integrada:

1. Avaliação das necessidades

- Foi elaborado um diagnóstico prévio da situação das raparigas e dos rapazes face ao que se pretende desenvolver e implementar?
- Foram identificadas as diferenças existentes entre raparigas e rapazes (*gender gaps*) e os motivos de tais diferenças?

2. Definição de objectivos

- Quem são as/os beneficiárias/os do projecto? Quantas raparigas e quantos rapazes?
- Porque são estas e/ou estes as/os beneficiárias/os?
- Existem factores que possam levar a que raparigas e rapazes sejam afectadas/os pelo projecto de forma diferenciada?
- Existem barreiras à plena participação de raparigas ou de rapazes nas actividades do projecto? Quais e como podem ser retiradas?
- O projecto e/ou as actividades contribuem para o empoderamento das raparigas ou dos rapazes num determinado domínio? De que forma?
- Os objectivos integram a dimensão de género? De que forma/porquê?

→ Foram estabelecidos *a priori* indicadores (instrumentos que possibilitam uma medição das desigualdades de género e um conhecimento da realidade tendo por base uma análise comparativa entre a situação de raparigas/mulheres e de rapazes/homens) de género?

→ Foi utilizada linguagem inclusiva na definição de objectivos?

3. Estratégias de intervenção

- Foram identificados factores e/ou barreiras à plena participação de raparigas e/ou de rapazes? Como fazer face a esses factores e/ou barreiras?
- A quem se destina o projecto e as actividades?
- Como e de que forma as actividades do projecto contribuem para melhorar a situação/condição/conhecimento/posição das raparigas ou dos rapazes?
- Quais e como podem ser delineadas as actividades de forma a garantir uma igualdade de resultados/distribuição igualitária de benefícios/recursos/ganhos?
- Como promover a participação de raparigas e/ou de rapazes?
- Qual o tipo de informação a transmitir e a quem?
- São necessárias diferentes estratégias de divulgação dirigidas a raparigas e a rapazes? Porquê?

→ Através de que materiais de divulgação? Onde serão colocados?

4. Planificação/ desenvolvimento

→ Quais as maiores/melhores oportunidades que tenho exteriores à organização para a concretização do projecto? Como posso aproveitá-las?

→ Existem ameaças exteriores à organização para a concretização do projecto? Quais e como lidar com elas?

→ Que forças interiores à organização tenho para o sucesso do projecto? Como posso fazer uso delas?

→ Que fraquezas interiores à organização tenho para o sucesso do projecto? Como posso superá-las?

→ Quem quero envolver directamente na implementação do projecto? Mais raparigas ou mais rapazes? Porquê?

→ A linguagem inclusiva está presente ao longo de todo o texto do projecto bem como de todas as comunicações com terceiras partes (por exemplo, nos cartazes, convites, na apresentação e na divulgação do projecto, etc.)?

5. Avaliação

Na definição da metodologia de avaliação, pode-se optar por fazer uma avaliação contínua e uma avaliação final.

Para a avaliação contínua procura saber se:

→ Estão a ser alcançados os objectivos? Como e por quem?

→ Quem são, de facto, as/os beneficiárias/os do projecto? Quem participa? Porquê?

→ É necessária a introdução de medidas correctivas face a um eventual desequilíbrio na prossecução dos objectivos? A favor de quem?

→ Existem/persistem barreiras à plena participação de raparigas e/ou de rapazes? Quais e como podem ser eliminadas?
Para a avaliação final procura saber-se:

→ Quem, de facto, beneficiou com o projecto? As/os beneficiárias/os reais vão ao encontro do que se julgou inicialmente como sendo as/os beneficiárias/os?

→ Foram introduzidas medidas correctivas, a sua implementação veio produzir alterações significativas? Como e para quem?

→ O projecto contribuiu para melhorar a situação/ condição/ conhecimento/ posição das raparigas ou dos rapazes?
Como e porquê?

6.3. ANEXO 3 - A REDE PORTUGUESA DE JOVENS PARA A IGUALDADE DE OPORTUNIDADES ENTRE MULHERES E HOMENS (REDE)

O que é a REDE?

Fundada em 2000, a Rede Portuguesa de Jovens para a Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens é uma associação sem fins lucrativos.

É, também, um colectivo informal composto por associações juvenis, de defesa dos direitos das mulheres, juventudes partidárias, associações de estudantes, associações que desenvolvem projectos dirigidos à juventude e jovens individuais.

A REDE tem por objecto a promoção da igualdade de género no respeito pelos preceitos e orientações das Nações Unidas e da União Europeia recorrendo, para tal, a actividades de informação, formação, pressão e influência, investigação, solidariedade e educação e cooperação para o desenvolvimento.

Como surgiu a REDE?

A REDE nasceu com vista a mobilizar as jovens mulheres para a igualdade de género, no âmbito de um projecto europeu promovido pelo Lobby Europeu de Mulheres (LEM) com o apoio das coordenações Sueca, Portuguesa e Grega do LEM, das ONG do Conselho Consultivo da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, do Programa de Acção Comunitário a Médio Prazo para a Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens e do, então, existente Ministério para a Igualdade.

Quais são os objectivos da REDE?

- Consciencializar os/as jovens quanto às questões da igualdade de género ao nível nacional, europeu e internacional
- Apoiar a integração das preocupações e necessidades particulares das jovens mulheres na agenda política nacional, europeia e internacional
- Implementar projectos (autonomamente ou em parceria) com vista a contribuir para a resolução dos problemas enfrentados pelas jovens mulheres em Portugal, bem como para a realização da igualdade de género
- Integrar a dimensão da igualdade de género nas actividades associativas, nomeadamente, juvenis
- Contribuir para o aumento da participação das jovens nos processos e posições de tomada de decisão
- Promover, numa perspectiva de desenvolvimento de competências iniciais, a formação das jovens mulheres desfavorecidas com vista à sua integração social, económica e comunitária
- Contribuir para a inclusão da dimensão de género nos processos de educação formal e não formal
- Organizar encontros, colóquios, conferências, seminários e quaisquer outras iniciativas que fomentem a discussão de temas relacionados com a igualdade de género
- Realizar estudos e trabalhos de investigação no campo da igualdade de género

→ Realizar por si ou através de parcerias com entidades idóneas nacionais ou estrangeiras, acções de educação e cooperação para o desenvolvimento com o objectivo de promover a igualdade de género

→ Promover o intercâmbio e cooperação com entidades nacionais e estrangeiras que prossigam finalidades afins, nomeadamente através da participação em redes já estabelecidas ou da criação de redes próprias.

A REDE assume-se como uma organização que congrega duas áreas de intervenção: a igualdade de género e a juventude, pretendendo contribuir para a *mainstreaming* de género na área da juventude.

A REDE é membro?

→ da Secção das ONG do Conselho Consultivo da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres (CIDM)

→ fundador da Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres

→ da Rede de Jovens Mulheres da Associação de Mulheres da Europa Meridional (AFEM)

→ da Plataforma Euro Mediterrânica de Juventude

A REDE é ainda responsável pela Coordenação Portuguesa da Rede Europeia de Jovens Mulheres do LEM.

Representações Institucionais da REDE

→ Alexandra Sofia Silva e Vera Moreno representam a REDE na Secção das ONG do Conselho Consultivo da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres (CIDM)

→ Vera Moreno representa a REDE na Vice-presidência da Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres

→ Alexandra Sofia Silva representa a REDE na Presidência da Mesa da Assembleia-geral da Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres

→ Ana Sofia Fernandes está eleita membro do Conselho de Administração da AFEM por proposta da Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres, tendo sido eleita Vice Presidente daquela ONG da Europa Meridional







REDE PORTUGUESA DE JOVENS PARA A IGUALDADE DE OPORTUNIDADES ENTRE MULHERES E HOMENS
tlm: 91 781 87 27 . e-mail: geral@redejovensigualdade.org.pt . www.redejovensigualdade.org.pt

Publicação co-financiada por:

